

Especialização em História Econômica

Introdução à Economia Política (08 horas):

Ementa: Essa disciplina discute, em caráter introdutório, a Economia como Ciência e o problema econômico fundamental (sua história e evolução). O materialismo histórico. O processo histórico do desenvolvimento econômico.

Bibliografia:

BASTOS, Vânia Lomônaco. **Para Entender a Economia Capitalista – Noções Introdutórias**. Editora Forense Universitária, Rio de Janeiro – RJ, 1991.

BRUE, Stanley L. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Thomson, 2005.

HUNT, E.K. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 1978.

LANGE, Oskar. Economia Política. In: **Economia**. (Org. Lenina Pomeranz, Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo, 1981.

LANGE, O. O Objeto e Método da Economia. In: **Clássicos da Literatura Econômica**. Brasília: IPEA

MARX, Karl. **Crítica da economia política**. Lisboa : Estampa, 1980.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1 – O processo de produção do capital. Volumes I e II. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989

MEEK, Ronald L. **Economia e Ideologia: o desenvolvimento do pensamento econômico**. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

NETTO, J. P. & BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Theotônio dos. **Teorias do Capitalismo Contemporâneo**. Belo Horizonte: Editora Vega / Novo Espaço, 1983.

SINGER, Paul. **Curso de introdução à economia política**. 13. ed. Rio de Janeiro : Forense-Universitária, 1991.

1. O OBJETO E O MÉTODO DA ECONOMIA POLÍTICA

I. O Conceito de Economia Política (*Political Economy*) X O Conceito de Economia (*Economics*):

“**Economia Política** é a ciência das leis que regem a produção e a distribuição de bens materiais (SOP – e serviços) para atender as necessidades humanas”. (LANGE, 1981).

“**Economia Política** é a ciência que estuda as relações sociais de produção, circulação e distribuição de bens materiais, definindo as leis que regem tais relações” (SANDRONI, Paulo, Dicionário de Economia).

X

“**Economia** é a ciência da administração dos recursos escassos na sociedade humana” (LANGE, 1985),

“**Economia** é o estudo de como a sociedade administra seus recursos escassos” (MANKIWI, 2006)

II. Os métodos por trás destes conceitos:

Essa diferença de conceitos advém da diferença dos métodos de análise científica empregados pelos diversos estudiosos da economia. E a diferença de método é originada, principalmente, pelas diferenças ideológicas que existem entre eles. A diferença de métodos leva a resultados teóricos e práticos diversos.

A definição de **economia política** de LANGE e de SANDRONI, tem inspiração marxista, e é mais abrangente que a de economia. Ela destaca o caráter das relações de classe que existe na sociedade capitalista, ao definir que a economia política estuda as “**relações sociais de produção, circulação e distribuição**”. Mesmo os economistas liberais clássicos, em especial D. Ricardo, reconheciam a disputa de interesses de classe social, por exemplo, entre capitalistas e assalariados, na distribuição do produto social entre lucros e salários, respectivamente.

Na concepção marxista, deve ser considerada a natureza histórica (dialética, mutável, evolucionista) das leis econômicas que regem as sociedades humanas, ainda que existam leis que sejam exclusivas de um determinado tipo de sociedade, enquanto outras leis podem estar presentes em dois ou mais tipos de sociedade, ou de modo de produção. Portanto, o método da economia política marxista é baseado no método do materialismo histórico-dialético, que veremos à frente.

A definição de **economia** é mais restrita, e destaca o chamado **problema fundamental da economia**, ou seja, a **lei da escassez**, segundo a qual, a necessidade humana é ilimitada, mas os recursos são escassos. A definição de “economia” tal como conhecemos hoje, é obra da escola neoclássica e, supostamente, suas teorias e instrumentos de análise, poderiam ser empregues em qualquer sociedade, em qualquer época, já que a humanidade nunca estaria livre da lei da escassez e, conseqüentemente, a necessidade de fazer escolha entre alternativas. Neste sentido, é uma teoria *a-histórica*. A retirada proposital da palavra “*política*”, teve como objetivo dar uma impressão de “neutralidade” “científica” positivista à ciência econômica. A escola neoclássica (e seus derivados), supõe que o termo “política” contaminaria a ciência econômica com ideologias diversas. Portanto, essa concepção segue a risca os princípios positivistas que veremos logo mais.

Os economistas neoclássicos desenvolveram ou adaptaram para a economia, uma série de métodos quantitativos que, pretensamente, permitiria dar a ciência econômica, a mesma “objetividade” e aproximar-se da “exatidão” das ciências naturais. A esses métodos e técnicas LANGE chama de “praxeologia” e inclui: a economia matemática (aplicação do cálculo integral-diferencial, da álgebra

linear, etc), a programação econômica (linear e não linear), a estatística econômica e a econometria, a contabilidade social, a análise-insumo produto, entre outros.

Segundo LANGE, a economia teórica coloca os padrões de uniformidade num sistema coerente. Isto é feito apresentando-se as leis da economia como um conjunto de proposições dedutivas obtidas pelas regras da lógica (e da matemática) de umas poucas proposições básicas. As proposições básicas são chamadas de supostos ou postulados, e as proposições derivadas são chamadas de teoremas. A economia teórica aparece, conseqüentemente (como todas as ciências teóricas), como uma ciência dedutiva. Isto, entretanto, não a torna um ramo da matemática pura ou da lógica.

Como o restante da economia, a economia teórica é uma ciência empírica. Seus supostos ou postulados são derivados de observações empíricas. Os teoremas, por seu turno, estão sujeitos a testes através de observações empíricas. Um conjunto dedutivo de teoremas a ser submetido a um teste empírico é também chamado de *teoria*, *hipótese* ou *modelo*. Assim, a economia teórica fornece hipóteses ou modelos baseados na generalização de observações e passíveis de serem testados empiricamente.

Para cobrir a distância entre os conceitos teóricos e as observações empíricas, é necessário ter um procedimento de identificação, que contém regras estabelecendo uma correspondência entre os dois. Tais procedimentos podem ser fornecidos por diferentes ramos da economia aplicada. Para saber se a hipótese é “falsa” ou “verdadeira” é preciso um procedimento de verificação (testes) que estabelecem regras de acordo com as quais as hipóteses são aceitas como “empiricamente verificadas” ou rejeitadas como “empiricamente refutadas”. Um ramo especial da economia que lida com tais procedimentos de verificação é chamado de econometria e é baseado nos princípios da estatística-matemática.

O ramo suplementar da economia teórica que estuda se o uso dos recursos escassos foram feitos de acordo com regras que conduzem à melhor realização dos objetivos sociais é chamado de economia do bem-estar (também chamada de economia normativa ou economia social). Uma questão importante da administração dos recursos escassos é saber se ela atinge seus objetivos sociais de forma eficiente – a “ideal” - ou não. As regras de uso “ideal” de recursos econômicos podem, então, ser consideradas como um tipo especial de leis econômicas.

As proposições da ciência econômica têm validade objetiva. Isto significa que duas ou mais pessoas que concordam em acatar as regras de procedimento científico deverão alcançar as mesmas conclusões. Porém, os economistas são notoriamente conhecidos por sua incapacidade de chegar a um consenso e também por estarem divididos em opostas “escolas de pensamento”, “ortodoxas” ou “heterodoxas”, “burguesas” ou “socialistas”, e muitas outras. A existência da profunda divergência entre economistas, no entanto, não refuta, ainda segundo LANGE, a tese sobre a objetividade da economia enquanto ciência. Tais divergências devem a uma ou mais dessas fontes:

- a) Divergência de objetivos sociais
- b) Divergência sobre fatos observados
- c) Fracasso em ater-se às regras da Lógica, da identificação e da verificação

Entretanto a solução dessas divergências, tecnicamente simples de resolver, são dificultadas porque os economistas são seres humanos sujeitos a inúmeras influências (políticas, religiosas, sociais, históricas, etc), algumas conscientes, outras subconscientes, que determinam seus métodos e suas conclusões. O resultado é a produção de ideologias, isto é, sistema de crenças que são sustentadas não pelo motivo de sua conformidade ao procedimento científico mas como racionalização de motivos subconscientes, não lógicos. O estudo das condições das origens e influências das ideologias é matéria de uma disciplina especial, a sociologia do conhecimento.

Antes de estudarmos os conceitos fundamentais, das principais correntes do pensamento econômico, vamos ver alguma posturas lógicas e, também, o posicionamento de alguns teóricos sobre a relação entre ideologia e ciência.

2. NOÇÕES DE IDEOLOGIA¹

I. TRÊS CONCEITOS DE “IDEOLOGIA”:

- **Marx:** Ideologia é uma “visão social de mundo”, ou seja, conjunto de idéias e pensamentos sobre as mais diversas questões como política, economia, religião, filosofia, etc., adotadas pela classe econômica e politicamente dominante, para subjugar as classes exploradas, mantendo-as submissas, passivas, resignadas e iludidas diante da exploração. Neste sentido, podemos resumir o conceito de ideologia de Marx como uma “falsa consciência”.
- **Lênin:** Para Lênin todas as classes possuem sua própria “visão de mundo”, neste sentido, a ideologia é a visão de mundo de uma classe específica. O que distingue as ideologias é o lugar e o papel que as classes sociais desempenham numa determinada formação social. As classes sociais dominantes têm interesse em manter seus privilégios por isso tendem a desenvolver ideologias ilusórias, ou como disse Marx, falsas consciências. As classes exploradas necessitam desmascarar a exploração que sofrem, por isso desenvolvem ideologias verdadeiras ou, pelo menos, mais realistas.
- **Mannheim:** Este autor tenta distinguir as visões de mundo das classes dominantes e exploradas, chamando a das primeiras de ideologia (no sentido de falsa consciência) e a das segundas de “utopias”.

II. IDEOLOGIAS NA SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO²

Positivismo:

As principais premissas do positivismo são as seguintes:

1. A sociedade é regida por leis naturais, isto é, leis invariáveis, independentes da vontade e da ação humanas; na vida social, reina uma harmonia natural.
2. A sociedade pode, portanto, ser epistemologicamente assimilada pela natureza (o que classificaremos como “naturalismo positivista”) e ser estudada pelos mesmos métodos, *démarches* e processos empregados pelas ciências da natureza.
3. As ciências da sociedade, assim como as da natureza, devem limitar-se à observação e à explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias, descartando previamente todas as pré-noções e preconceitos.

Historicismo:

As principais premissas do positivismo são as seguintes:

1. Todo fenômeno cultural, social ou político é histórico e *não pode ser compreendido senão através da e na sua historicidade.*
2. Existem diferenças fundamentais entre os fatos naturais e os fatos históricos e, conseqüentemente, entre as ciências que os estudam.
3. Não somente o *objeto* da pesquisa está imerso no fluxo da história, mas também o *sujeito*, o próprio pesquisador, sua perspectiva, seu método, seu *ponto de vista.*

Marxismo:

As principais premissas do positivismo são as seguintes:

1. É a classe que “cria e forma” as visões sociais de mundo (“superestruturas”), mas estas são sistematizadas e desenvolvidas por seus “representantes políticos e literários”, isto é, seus ideólogos (ou utopistas). A visão social de mundo (ideológica ou utópica) com seus diversos componentes

¹ LÖWY, 1988.

² Idém

corresponde não somente aos interesses materiais de classe mas também à sua *situação social* – conceito mais amplo, que permite superar a tentativa reducionista que relaciona as ideologias apenas ao “interesse” (economicamente definido).

2. Os intelectuais são relativamente autônomos com relação à classe. Eles podem ser separados dela por um “abismo” social e cultural; sua “situação pessoal” não deve ser de todo necessariamente a mesma que aquela da classe que ele representa. O que os faz representantes desta classe é a ideologia (ou utopia) que eles produzem.
3. O que define uma ideologia (ou utopia) não é esta ou aquela idéia isolada, tomada em si mesma, este ou aquele conteúdo doutrinário, mas uma certa “forma de pensar”, uma certa *problemática*, um certo *horizonte* intelectual (“limites da razão”). De outro lado, a ideologia não é necessariamente uma mentira deliberada; ela pode comportar (e geralmente comporta) uma parte importante de *ilusões* e auto-ilusões.

III. O SILOGISMO POSITIVISTA E A QUESTÃO DA OBJETIVIDADE E DA NEUTRALIDADE³

O grande pedagogo Demerval Saviani, procura resolver a polêmica que opõe a **objetividade da ciência** e a **neutralidade**, apresentando o que ele entende ser um silogismo positivista, em que caem tanto os positivistas, quanto os historicistas-relativistas, porém com “sinal” trocado. Vejamos a formulação positivista:

- Premissa Maior: Só existe o saber objetivo se existir a neutralidade.
- Premissa Menor: Ora, existe a neutralidade.
- Conclusão: Logo, existe o saber objetivo.

Agora vamos ver como os críticos relativistas invertem o sinal, mas mantém a premissa maior, e caem na armadilha positivista:

- Premissa Maior: Só existe o saber objetivo se existir a neutralidade.
- Premissa Menor: Ora, não existe o saber objetivo.
- Conclusão: Logo, não existe a neutralidade.

Esse silogismo segue basicamente duas **regras lógicas**:

- a) Posto o antecedente, põe-se o conseqüente (*modus ponens*)
- b) Disposto o conseqüente, dispõe-se o antecedente (*modus tollens*)

Segundo essa regra lógica não pode haver contradição entre o antecedente e o conseqüente, Por isso, a afirmação da neutralidade acarreta necessariamente a afirmação da objetividade, e a negação da objetividade acarreta necessariamente a negação da neutralidade.

Ora, só podemos escapar da armadilha colocada por esse silogismo, se negarmos a premissa maior.

Importa saber que a questão da neutralidade (ou não-neutralidade) é uma **questão ideológica**, isto é, diz respeito ao caráter interessado ou não no conhecimento, enquanto a objetividade (ou não-objetividade) é uma **questão gnosiológica**, isto é, diz respeito à correspondência ou não do conhecimento com a realidade á qual se refere.

³ SAVIANI

Por aí se pode perceber que **não existe conhecimento desinteressado**; portanto, a **neutralidade é impossível**. Entretanto, o caráter sempre interessado do conhecimento **não significa a impossibilidade da objetividade**.

Com efeito, se existem interesses que se opõem à objetividade do conhecimento, há interesses que não só não se opõem como exigem a objetividade.

Em geral a burguesia beneficiária das condições de exploração, não tem interesse algum em desvendá-las, por isso tendem cada vez mais a se opor à objetividade do conhecimento, encontrando cada vez mais dificuldade de se justificar racionalmente. Por outro lado, o proletariado que sofre a exploração tem todo interesse em desvendar os mecanismos dessa situação, que é objetiva, por os proletários exigem a objetividade e tendem cada vez mais a se expressar objetiva e racionalmente.

Existe um **saber universal**? A universalidade do saber está intimamente ligada à questão da objetividade. Com efeito, dizer que determinado conhecimento é universal significa dizer que ele é objetivo, isto é, se ele expressa as leis que regem a existência de determinado fenômeno, trata-se de algo cuja validade é universal. E isto se aplica tanto a fenômenos naturais como sociais. Assim, o conhecimento das leis que regem a natureza tem caráter universal, portanto, sua validade ultrapassa os interesses particulares de pessoas, épocas e lugar, embora tal conhecimento seja sempre histórico, isto é, seu surgimento e desenvolvimento são condicionados historicamente. O mesmo cabe dizer do conhecimento das leis que regem, por exemplo, a sociedade capitalista. Ainda que seja contra os interesses da burguesia, tal conhecimento é válido também para ela.

Esse saber universal, que em si não é burguês, serve, no entanto, aos interesses burgueses, uma vez que a burguesia dele se apropria, coloca-o ao seu serviço e o sonega das classes trabalhadoras. Portanto, é fundamental a luta contra essa sonegação, uma vez que é pela apropriação do saber escolar por parte dos trabalhadores que serão retirados desse saber seus caracteres burgueses e se lhe imprimirão os caracteres proletários.

Isso nos remete à questão da **historicização** do conhecimento. O viés positivista vinculando a objetividade à neutralidade e descartando a universalidade do saber, vincula-se ao processo de desistoricização que caracteriza essa concepção. A historicização, pois, em lugar de negar a objetividade e a universalidade do saber, é a forma de resgatá-las.

Se na época atual os interesses burgueses opõem-se ao saber objetivo, nem sempre foi assim. Na sua luta contra a nobreza e o clero feudal, na sua fase revolucionária, seus interesses coincidiam com a exigência da objetividade.

IV. POSITIVISMO, HISTORICISMO E MARXISMO: UM POUCO DE HISTÓRIA⁴

a) O Positivismo:

O Positivismo moderno é descendente do **iluminismo**. A idéia de uma ciência social segundo o modelo das ciências da natureza e a idéia que leis naturais regulam a vida social é inseparável da luta revolucionária contra o absolutismo feudal.

- **Condorcet**. Era próximo dos fisiocratas – Turgot e dos Clássicos – Smith, pensa que a economia política pode ser submetida a “precisão do cálculo” e das leis da natureza, daí a idéia de uma **matemática social**. Condorcet pretendia uma ciência social neutra, isenta das paixões e dos interesses de charlatões e das classes poderosas. Era contra doutrinas teológicas, argumentos de autoridade,

⁴ Resumo do texto de LÖWY (1978), com enxertos de LÖWY (1988), e opiniões minhas (Sinival) que aparecem em destaque.

axiomas a priori da igreja, dogmas imutáveis da doutrina social e política feudal. Pretendia usar o método de Bacon e de Descartes nas ciências econômicas e políticas.

- **Saint-Simon.** Foi o primeiro a empregar o termo **positivo**. Segundo ele “não existe fenômeno que não possa ser observado do ponto de vista física dos corpos brutos ou do ponto de vista da física dos corpos organizados, que é a **fisiologia**”. Este autor pensava ser possível haver uma ciência política positiva neutra e objetiva ultrapassando os diferentes pontos de vista, as diversas “formas de ver” contraditórias. Estava engajado na luta contra o absolutismo francês, a favor dos “**produtores** (burgueses e proletários), contra os **sanguessugas** (clérigos e nobres)”. Quando Saint-Simon abandona a posição burguesa revolucionária, para se aproximar da classe mais pobre e numerosa (os proletários), se torna um **socialista-utópico** (de feição cristã).

Porém, se esses autores assim como os iluministas Montesquieu, Rousseau, entre outros, constituíram-se em ideólogos da **burguesia revolucionária** e por isso foram capazes de fazer a crítica do Antigo Regime, apontando as exigências de uma nova ordem histórica; após a consolidação do poder burguês o positivismo se caracterizou como a ideologia da **burguesia conservadora, reacionária**.

- **August Comte.** Foi o responsável pela transmutação da visão de mundo positivista em ideologia (falsa consciência), ou seja, num sistema conceitual e axiológico que tende à defesa da ordem estabelecida. Por isso, ele é conhecido como o **pai do positivismo**. Comte foi discípulo de Condorcet e Saint-Simon, assumindo que as ciências sociais devem usar os mesmos métodos das ciências naturais e a mesma neutralidade na observação dos fenômenos, mas rompeu com estes por que achou que seus discursos possuíam uma carga crítica e “negativa” perigosa. (à burguesia e ao capitalismo, claro). Comte diz que os “preconceitos revolucionários” impediram Condorcet de descobrir as leis sociológicas. Os iluministas usavam este termo, preconceito, contra as idéias do regime feudal, mas Comte as usou contra o iluminismo e o socialismo utópico.

O positivismo é uma ideologia conservadora, reacionária e contra-revolucionária. Ele enaltece e aceita passivamente o **status quo** social, por isso tende profundamente a “consolidar a ordem pública pelo desenvolvimento de uma sábia resignação”. Positivo é quem aceita as coisas como elas “são” passivamente, por entender que elas são invariáveis. Os revolucionários, segundo os positivistas, seguem doutrinas críticas, destrutivas, dissolventes, subversivas.

- **Emile Durkheim.** Segundo Durkheim a **1ª Regra do Método Sociológico** “é a de considerar os fatos sociais como **coisas**⁵ (...) Comte, é verdade, proclamou que os fenômenos sociais são submetidos a leis naturais. Devido a isso, ele reconheceu implicitamente seu caráter de coisas; porque não existe senão coisas na natureza”.

Durkheim sempre fez analogia naturalista para explicar os fenômenos sociais: A sociedade, como um animal, “é um sistema de órgãos diferentes onde cada um tem um papel especial”. Durkheim também tenta justificar as diferenças de classe que existe na sociedade capitalista, usando o mesmo naturalismo. Segundo ele, alguns órgãos sociais têm “uma situação particular e, se quisermos, privilegiada”; essa situação é totalmente natural, funcional e inevitável. “Ela é devida à natureza do papel que preenche e não a alguma causa estranha a essas funções”. Esse privilégio seria um fenômeno absolutamente normal que é encontrado em todo organismo vivo, “é assim que, no animal, a preeminência do sistema nervoso sobre os outros sistemas se reduz ao direito, se pudermos falar assim, de receber um alimento mais escolhido e de apanhar sua parte antes dos outros”.

A partir dessa noção Durkheim desenvolve um **Darwinismo Social**. “Se nada entrava ou favorece indevidamente os concorrentes que disputam as tarefas, é inevitável que somente os mais aptos em cada tipo de atividade obtenham êxito... Diremos que isso não é sempre o bastante para contentar os homens; que existem sempre aqueles cujos desejos ultrapassam suas possibilidades. É verdade; mas são casos excepcionais e, podemos dizer, mórbidos. Normalmente, o homem encontra felicidade realizando sua natureza; suas necessidades estão em relação com seus meios. É por isso que, no

⁵ Grifo nosso SOP.

organismo vivo, cada órgão só reclama uma quantidade de alimentos proporcional as suas funções”. Assim, todos na sociedade capitalista teriam que aceitar a parcela do rendimento social que recebe, em função do papel que exerce na produção, seja como proprietário dos meios de produção seja como trabalhador assalariado ou autônomo.

O próprio Durkheim reconhece que seu “método não tem pois nada de revolucionário, ele é mesmo, num certo sentido, essencialmente conservador, pois considera os fatos sociais como coisas, cuja natureza, por mais flexível e maleável que seja, não é entretanto modificável de acordo com a nossa vontade”.

Como todo teórico positivista ele defende que o pesquisador social, tenha um estado de espírito científico neutro. “A sociologia assim compreendida não será nem individualista (queria dizer capitalista? SOP), nem socialista, nem comunista no sentido que se dá vulgarmente a essas palavras. Por princípio, ela ignorará essas teorias as quais ela não saberia reconhecer valor científico pois tendem, diretamente, não a exprimir os fatos, mas a reformá-los”. O sociólogo deve:

- “ignorar” os conflitos ideológicos
- “fazer calarem as paixões e os preconceitos”.
- “afastar sistematicamente todas as pré-noções”.

Löwy critica durkheim porque “imagina que podemos afastar as pré-noções como tiramos um óculos escuro para ver mais claro. Não vê que as pré-noções são como estrabismo, daltonismo, parte integrante do olhar”.

- **Max Weber.** Este autor dificilmente pode ser classificado com positivista, mas foi muito influenciado pela tese positivista da necessidade (e viabilidade) da neutralidade objetiva do pesquisador social. Ao mesmo tempo em que admite que as ciências sociais têm *especificidades* e *demarches* diferentes das ciências naturais, ele entende que ela não pode ser valorativa nem conter pressuposições. Para Weber a sociologia não pode ser utilizada para atacar adversários e cada vez que o homem de ciências faz intervir seu próprio juízo de valor, não há mais compreensão integral dos fatos. Mas reconhece que os *juízos de valor* do observador têm um papel destacado na seleção dos fatos a pesquisar (objetos de pesquisa), e na determinação do problema de pesquisa. Porém, afirma que na pesquisa propriamente dita pode e deve se isentar dos valores. O erro de Weber foi não imaginar que a formulação das questões, já determina em larga escala as respostas, ou seja, ao definir uma “questão”, a “resposta” será necessariamente tendenciosa.
- **Conclusão de Löwy sobre o positivismo:** O erro fundamental do positivismo é pois a incompreensão da especificidade metodológica das ciências sociais com relação às naturais, especificidades cujas causas principais são:
 - i. O caráter histórico dos fenômenos sociais, transitórios, precípeis, susceptíveis pela ação dos homens;
 - ii. A identidade parcial entre o sujeito e o objeto do conhecimento;
 - iii. O fato de que os problemas sociais suscitam a entrada em jogo de concepções antagônicas das diferentes classes sociais;
 - iv. As implicações político-ideológicas da teoria social: o conhecimento da verdade pode ter conseqüências diretas sobre a luta de classes.

A ideologia define: a) o objeto de pesquisa; b) o problema da pesquisa; c) interpretação e conclusão dos fatos. Os próprios cientistas naturais foram alvos de preconceitos ideológicos, por isso, essa possível distinção entre as ciências naturais e as ciências sociais é também fruto de desenvolvimento histórico (SOP – até porque se algum dia vivermos numa sociedade sem classes a ideologia desaparecerá).

b) A Tentativa Eclética de Karl Mannheim:

O marxismo abalou a tese positivista da neutralidade do cientista social, porém um trãnsfuga do marxismo, Karl Mannheim tentou desenvolver uma tese nem marxista nem positivista. Em “Ideologia e Utopia” este autor vai fundar um novo ramo da ciência social universitária: a **sociologia do**

conhecimento. Este autor reconhece, como os marxistas, que a posição social do cientista, do observador, condiciona sua *perspectiva*, quer dizer, a maneira pela qual ele olha seu objeto, o que ele percebe deste objeto e como o interpreta. Mas segundo ele, essas visões particulares só descobrem um aspecto do objeto, uma parte da realidade social, elas são necessariamente unilaterais e fragmentárias. Por isso, segundo Mannheim, “é possível uma integração dos diferentes pontos de vista mutuamente complementares num todo compreensivo”, quer dizer, “a possibilidade de uma **síntese das perspectivas**”.

Porém, quem vai realizar esta síntese? Qual classe social vai realizar a tarefa de “*mediação dinâmica*” dos pontos de vistas antagônicos? Para Mannheim seria a “*intelligentsia* sem vínculos”, esta se encontraria nas Universidades ou I.E.S. Mas todos esses intelectuais acadêmicos das universidades se não são proletários ou burgueses, possuem uma origem de classe, em geral, pequeno burguesa. Por isso, afirma Löwy, essa síntese dinâmica pode tornar-se apenas um **meio termo eclético**, meio termo estruturalmente homólogo à posição de sua camada social.

Nesta tentativa eclética Mannheim vai propor um meio termo entre o capitalismo e o comunismo, um “terceiro caminho”, um sistema de reformas pacíficas e graduais fundamentado na planificação social, sistema graças ao qual “a sociedade capitalista contemporânea pode ainda ser equilibrada”, pela “concessão suficiente, para que essas últimas (as classes proletária, camponesa, etc) estejam também interessadas em que a ordem social seja mantida”.

c) Debate no seio do Marxismo:

Segundo Mannheim, o marxismo jamais aplicou em a si mesmo os processos de “revolução ideológica” empregado contra os seus adversários, e não levantou jamais o problema da determinação social de sua própria posição.

Mas, contrariamente ao que diz Mannheim, Marx não escondeu jamais a perspectiva de classe que orienta seu pensamento.

- **Marx:** Ele não só “revelou” o caráter burguês da obra de seus adversários (economia política clássica e vulgar, etc), mas afirmou também, em alto e bom som, o caráter **proletário** de seu próprio ponto de vista.

“Assim como os economistas são os representantes científicos da classe burguesa, assim também os socialistas e comunistas são os teóricos da classe proletária (...) A ciência produzida pelo movimento histórico e se associado a ele pleno conhecimento de causa, deixou de ser doutrinária, ela se tornou revolucionária”.

A **dialética racional** é a negação do método positivista, ela é essencialmente **crítica e revolucionária**. Marx considerava sua ciência revolucionária e proletária e, como tal, oposta (e superior) à ciência conservadora e burguesa dos economistas clássicos.

- **Lênin:** “numa sociedade fundada sobre a luta de classes não poderia haver ciência social ‘imparcial’.” Toda ciência oficial e liberal defende, de uma forma ou de outra, a escravidão salariada, enquanto o marxismo declarou guerra implacável a essa escravidão. Lênin recusa explicitamente toda separação entre ciência e ideologia revolucionária, “julgamento de fato” e “julgamento de valor”, objetividade e ponto de vista de classe. Para Lênin, o marxismo é a ciência revolucionária do proletariado. Ele é a ciência que une o espírito científico ao espírito revolucionário, de forma indissolúvel.

“Sem teoria revolucionária, não há prática revolucionária”.

Outros autores como Rosa Luxemburgo, Luckács, Korsch, e Gramsci, assim como Lênin e Trotsky, também afirmam o caráter revolucionário e proletário do marxismo enquanto ciência social.

- **Luckacs:** O ponto de vista do proletariado, não se trata da vivência imediata, da consciência empírica, mas do **ponto de vista que corresponde racionalmente a seus interesses históricos objetivos**.

Porém existem autores que tentaram reformar o marxismo e caíram no chamado “revisão”, deturpando a orientação original.

- **Bernstein:** exige a compartimentação rigorosa, estanque e absoluta entre os “fatos” e os “valores”, entre a **ciência pura** (à lá Comte) e a **moral pura** (à lá Kant). Entende que por isso Marx comete erros: “tendencioso”, “utópico”, e seus “a priori”. A ciência econômica de Bernstein deve ser **positiva**.
- **Kautsky:** A princípio era defensor do “**marxismo ortodoxo**”, opositor do revisionismo de Bernstein. Entendia ser necessário distinguir entre: o “ideal socialista” e o “estudo científico das leis da evolução do organismo social”. Via na biologia evolucionista de Darwin um modelo para a ciência marxista cuja finalidade seria, “a descoberta das leis da evolução comuns às plantas, animais e aos homens”.

Bernstein e Kautsky se confundem porque só abordam a discussão sob o ponto de vista de classe por meio indireto da ética e do ideal moral.

- **Stalinismo:** Löwy considera o stalinismo uma caricatura do marxismo, e do ponto de vista do proletariado, pois é na realidade o *ponto de vista de uma outra camada social*: a **burocracia**. A burocracia deve realizar uma **ocultação ideológica**; deve ocultar a defasagem entre a sua perspectiva e a do proletariado. Daí resulta na **instrumentalização** extrema da ciência diretamente submetida às necessidades político-ideológicas da burocracia. Ex: as diversas edições “revisadas” da “História do PCURSS”. Mesmo as ciências da natureza foram instrumentalizadas pela burocracia stalinista, particularmente no período 1948-53. Ex: O opunha-se a ciência proletária à ciência burguesa no campo do estudo da natureza, tentando em vão demonstrar a superioridade da biologia pretensamente “proletária” de Lyssenko sobre a ciência ocidental “reacionária e burguesa” de Mendel-Wasserman”. O stalinismo fez adeptos fora da URSS e muitos o tratavam com maior **autoridade científica** do seu tempo
Löwy entende que o *stalinismo é uma espécie de positivismo no sentido inverso*:
 - *positivismo*: quer neutralizar as ciências históricas (economia, sociologia, etc.)
 - *stalinismo-lyssenkismo*: tenta “ideologizar” as ciências da natureza. Ambos não reconhecem a distinção metodológica fundamental entre as ciências sociais e naturais.

“O problema da objetividade é resolvido pela proclamação canônica e dogmática da infabilidade papal do Guia Genial dos Povos e Maior Homem de Ciência de Nosso Tempo, mestre dos historiadores, economistas, biólogos, e genéticos, solução que evidentemente tem a dupla vantagem da simplicidade e da coerência.” (LÖWY, 1978)

SINIVAL: Creio que Löwy comete engano, ainda que possa haver diferenças metodológicas entre ciências sociais, como a impossibilidade desta recorrer à experimentação, ao isolamento de objetos de estudo em laboratório, etc., isso não elimina, por exemplo, a oposição entre idealismo X materialismo, positivismo X dialética, que pode acometer tanto as ciências sociais quando as da natureza. Em fim, as ciências da natureza também podem estar sujeitas à deturpação ideológica, Galileu e outros que o digam.

- **Althusser:** Herdeiro da “ciência proletária” dos anos 50, após a morte de Stalin, o XX Congresso do PCUS, e o processo de desestalinização da URSS, Althusser sente um verdadeiro “choque”, arrependido dos seus pecados da juventude, procurando o caminho da verdade objetiva, e tomado de um Santo Horror diante do conceito de “ciência proletária” (não só as da “natureza”, mas de toda ciência” inclusive o marxismo. Althusser vai assumir posição radicalmente oposta ao do Lyssenkismo, porém cometendo o mesmo erro, não ver a distinção entre as ciências da natureza, *diferença relativa mas essencial*, que explica porque não pode haver “biologia proletária”, nem “história acima das classes”. Uma posição positivista.

“Adoradas junto no passado, queimadas juntas no presente” (LÖWY)

Em compensação Althusser critica severamente o “esquerdismo teórico” de Luckács e Korsch, por ter proclamado o marxismo como ciência proletária oposta a ciência burguesa, e terem uma interpretação **historicista-humanista**, que proclama um retorno a Hegel.

SINIVAL: Não foram apenas estes que propuseram um retorno a Hegel, Lênin fez isso antes, mas esse retorno, pelo menos em Lênin, é para que compreendamos a visão de mundo dialética. Ainda que a dialética de Hegel seja idealista, e marxista tenha que ser materialista. Essa lição foi dada por Marx, e esquecida por muitos.

Para Althusser a ciência (social ou natural) tem uma história própria *independente e separada* da história social e política, quer dizer, ela não está condicionada pela luta de classes, e não faz parte do “*bloco histórico*”.

Já para Lênin:

“ O materialismo dialético de Marx e Engels contém, certamente o relativismo, mas não pode ser deduzido ao relativismo, quer dizer, ele reconheceu a relatividade de todo o nosso conhecimento, não no sentido de negar a verdade objetiva, mas no sentido de que os limites da aproximação de nosso conhecimento à realidade são historicamente condicionados”. (LENIN, Materialismo e Empiriocriticismo)

SINIVAL: Isso porque homem ao desenvolver as forças produtivas, pode desenvolver não apenas instrumentos de trabalho que ajuda seus órgãos dos sentidos a “enxergar” melhor a realidade objetiva (microscópio, telescópio, aparelho de raio-x, de carbono 14, etc), mas também desenvolvem novos conhecimento, novas teorias, em forma cumulativa, e assim, desenvolve seu próprio raciocínio.

A irresistível queda de Althusser para o positivismo se manifesta também na sua insistência sobre a heterogeneidade radical, a ruptura total (corte epistemológico) entre ciência e ideologia. “ A ideologia é governada por interesses exteriores à necessidade mesma do conhecimento”. (ALTHUSSER). Ele entende que a ciência de Marx, estava livre de influências “exteriores”, pura e simplesmente, devido ao seu “gênio extraordinário”. Ao ignorar o caráter historicamente condicionado das ciências sociais (SOP das naturais também, embora LÖWY não concorde com isso), Althusser equipara Marx a Galileu e Lavoisier. Caráter esse que o próprio Marx assumiu, como vimos acima.

d) Conclusão: O Ponto de Vista do Proletariado:

Se admitirmos a tese do marxismo revolucionário segundo o qual toda ciência social é, conscientemente ou não, direta ou indiretamente, “engajada”, orientada, “tendenciosa”, “partidária”, ligada à visão social de mundo, ao ponto de vista de uma classe social, é necessário encontrar uma saída para evitar o desvio do **relativismo**.

Para o **relativismo conseqüente** não há verdade objetiva, há várias verdades: a do proletariado, a da burguesia, dos conservadores, dos revolucionários, cada uma igualmente falsa e verdadeira. Ou seja, caímos na celebre noite relativista onde: “todos os gatos são pardos”.

Como tal posição agnóstica e estéril é manifestadamente absurda, somos forçados a reconhecer que *alguns pontos de vistas são relativamente mais verdadeiros que outros*, ou que, algumas perspectivas permitem maior aproximação da realidade que outras.

Ora, qual é a visão do mundo epistemologicamente privilegiada, qual é o ponto de vista mais favorável ao conhecimento real?

1ª resposta: O ponto de vista da classe revolucionária é, em cada período histórico, superior ao das classes conservadoras, porque é o único capaz de reconhecer e de proclamar o processo de mudança social. Ex: a burguesia revolucionária até o século XVIII, e o proletariado a partir do século XIX (SOP: na Europa).

Marx em a Miséria da Filosofia constata que a burguesia proclama com razão as instituições da feudalidade como históricas, ultrapassadas e arcaicas; enquanto a mesma burguesia se obstina em apresentar as suas instituições como naturais e eternas.

“Assim, houve história, mas não há mais” (MARX)

Adam Schaff diz que:

“Os membros e os partidários da classe colocada objetivamente em situação revolucionária, cujos interesses coletivos e individuais coincidem com as tendências de desenvolvimento da sociedade, escapam à ação dos freios psíquicos que intervém na apreensão cognitiva da realidade social; pelo contrário, seus interesses concorrem para a acuidade da percepção dos processos de desenvolvimento, dos sintomas de decomposição da ordem antiga e dos sinais precursores da ordem nova da qual esperam chegada (...) Não afirmamos absolutamente por esse fato que esse caminho conduza à verdade absoluta, pretendemos unicamente que as posições sejam um melhor ponto de partida e uma melhor perspectiva na busca da verdade objetiva, certamente relativa, mas bastante integral, bastante completa, com relação ao nível dado de desenvolvimento do saber humano”.

Essa tese afirma a superioridade geral do ponto de vista de **toda** classe revolucionária. Ela é correta, mas apresenta problemas, dificuldades. EX: quando a classe conservadora tinha, às vezes, intuições mais “verdadeiras” ou “realistas” que a classe ascendente. Por isso que Mannheim cai no ecletismo, e sustenta a “síntese das perspectivas” das diferentes classes, cada uma tendo sua verdade relativa e parcial.

A tese defendida por Schaff subestima a especificidade do ponto de vista do proletariado com relação ao das classes revolucionárias do passado (em especial a burguesia ascendente):

- I. A burguesia revolucionária tinha interesses particulares a defender diferentes do interesse geral das massas populares. Ela queria ao mesmo tempo a revolução antifeudal e a sua dominação como classe exploradora; o que torna necessária a ocultação ideológica (consciente ou não) de seus verdadeiros fins e do verdadeiro sentido do processo histórico.

O proletariado, em compensação, classe universal, cujo interesse de classe coincide com o da grande maioria e cuja finalidade é a abolição de toda dominação de classe, ela é, por conseguinte, a primeira classe revolucionária cuja ideologia tem a **possibilidade** objetiva de ser **transparente**. Não por acaso o proletariado apresenta sua revolução como sendo em **causa** de interesse de classe. OBS: Compare o “Manifesto do Partido Comunista” de Marx & Engels, com a “Declaração dos Direitos do Homem” de 1789.

- II. A burguesia pode alcançar o poder sem uma compreensão clara do processo histórico, sem uma consciência precisa do sentido dos acontecimentos, levada pela “astúcia da razão” do desenvolvimento econômico e social. O conhecimento científico do movimento de liberação não era um condição de sua vitória; e a automistificação ideológica caracterizou em geral seu comportamento como classe social revolucionária.

O proletariado, só pode tomar o poder e transformar a sociedade por um ato deliberado e consciente. O conhecimento objetivo da realidade, da estrutura social, da conjuntura política, é por conseguinte uma condição necessária de sua prática revolucionária: ela corresponde pois ao seu interesse de classe. **O socialismo será científico ou não o será** (grifo de Sinival)

Por conseguinte, a superioridade epistemológica da pesquisa proletária não é somente das classes revolucionárias em geral, mas tem caráter particular, qualitativamente diferente das outras classes, específico do proletariado como última classe revolucionária e como classe de quem a revolução inaugura o “reino da liberdade”, quer dizer a dominação consciente e racional dos homens sobre a vida social.

Nesse sentido a **ciência proletária** é uma forma de transição para a **ciência comunista**, a ciência sem classes, que permitirá um grau muito maior de objetividade, porque o conhecimento da sociedade deixará de ser a entrada em jogo de uma luta política. Só neste momento tornar-se-ão visíveis as limitações do ponto de vista do proletariado, no marxismo; toda tentativa para “ultrapassá-lo” antes deste período, antes

do advento da sociedade comunista mundial, não poderão ser senão recaídas, retrocessos, para o ponto de vista de outras classes mais limitadas que o proletariado. Nesse sentido, efetivamente, o marxismo é o horizonte científico de nossa época (Sartre).

Isso não significa a infalibilidade, a ausência de erros na perspectiva proletária, do mesmo modo que o ponto de vista das outras classes não era só feito de mentiras, inverdades e erros.

Existe uma autonomia relativa da ciência social, uma continuidade relativa no interior da história dessa ciência, uma lógica interna da pesquisa científica, uma especialidade da ciência enquanto prática, visando à descoberta da verdade. Essa “auto-nomia” - no sentido etimológico grego: “regida por suas leis” - é relativa mais real. É ela que explica não somente os erros que podem cometer pensadores marxistas, e mesmo Marx e Engels, mas também os conhecimentos verdadeiros que pode produzir no interior de suas limitações, uma ciência histórica se situando num ponto de vista burguês.

SINIVAL: A solução dada por Demerval Saviani me parece superior a de Mannheim, ao separar o problema da objetividade da ciência (essencialmente gnosiológico) com a da neutralidade ou não-neutralidade (essencialmente ideológico). Além disso, porque o problema do caráter histórico do conhecimento não é apenas das ciências sociais, é também das ciências da natureza (veja Engels). Ambas sofrem quer seja da influência da deturpação ideológica (quanto da busca ideológica da realidade objetiva), quer seja dos erros provocados pela insuficiente capacidade de percepção sensorial e intelectual da realidade, embora essas limitações tendem a diminuir com o desenvolvimento histórico.

A ciência do proletariado demonstra sua superioridade precisamente por sua capacidade em incorporar essas verdades parciais produzidas pelas ciências “burguesas” ultrapassando-as dialeticamente (aufhebung), criticando/negando suas limitações de classe.

A atitude contrária, que proclama, a infalibilidade a priori de toda ciência situada na perspectiva proletária, e o erro absoluto é necessário de toda a pesquisa fundamentada nas visões burguesas, são um outro ponto de vista, é na realidade **dogmática** e **reducionista**, porque ignora a autonomia relativa da produção científica com relação às classes sociais.

Conclusão: O ponto de vista do proletariado não é uma condição suficiente para o conhecimento da verdade objetiva, mas é o que oferece maior possibilidade de acesso a essa verdade. Isso porque para o proletariado a verdade é um meio de luta, uma arma indispensável para a revolução. As classes dominantes, a burguesia (e também os burocratas, num outro contexto) tem necessidade de mentiras para manter seu poder. O proletariado revolucionário tem necessidade da verdade.

3. ALGUMAS NOÇÕES DE LÓGICA FORMAL E LÓGICA DIALÉTICA

I. O NASCIMENTO DA LÓGICA⁶.

Logos = significa linguagem-discurso e pensamento-conhecimento, que obedece a certas regras, normas, princípios e critérios para seu uso e funcionamento.

Heráclito:

O mundo é um **fluxo perpétuo** onde nada permanece idêntico a si mesmo, mas tudo se transforma no seu contrário. A luta é a harmonia dos contrários, responsável pela ordem racional do universo. Nossa experiência sensorial percebe o mundo como se tudo fosse estável e permanente, mas o pensamento sabe que nada permanece, tudo se torna o contrário de si mesmo. O *logos* é a mudança e a contradição. **A contradição é a lei racional da realidade.**

Parmênides:

Afirma, em contraposição, que o devir, o fluxo dos contrários, é uma **aparência**, mera opinião que formamos porque confundimos a realidade com as nossas sensações, percepções e lembranças. O devir dos contrários é uma linguagem ilusória, não existe, é irreal, não é. É o **não-ser**, o nada impensável e indizível. O que existe real e verdadeiramente é o que não muda nunca, o que não se torna oposto a si mesmo, mas permanece sempre idêntico a si mesmo, sem contrariedades internas. É o **Ser**. O *logos* é o Ser como pensamento e linguagem verdadeiros e, portanto, a verdade é a afirmação da permanência contra a mudança, da identidade contra a contradição dos opostos. **A identidade é a lei racional da realidade.**

Platão:

Considerou que Heráclito tinha razão no que se refere ao mundo material ou físico, isto é, ao mundo dos seres corporais, pois a matéria é o que está sujeito a mudanças contínuas e a oposições internas. Portanto, ele está correto quando diz respeito ao mundo de nossas sensações, percepções e opiniões: o mundo natural ou material (sensível) é o devir permanente. Entretanto, esse mundo é uma **aparência** (é o mundo dos prisioneiros da caverna), é uma cópia ou sombra do mundo verdadeiro e real e, nesse, Parmênides é quem tem a razão. O mundo verdadeiro é o das **essências** imutáveis (mundo inteligível), sem contradições nem oposições, sem transformação, onde nenhum ser passa para o seu contraditório. Para conhecer as essências e sair das aparências, para escapar da caverna, é preciso o método do pensamento e da linguagem chamado **dialética**.

Para Platão a dialética é um procedimento intelectual e lingüístico que parte de alguma coisa que deve ser separada e dividida em dois, ou duras partes contrárias ou opostas, de modo que se conheça sua contradição e se possa determinar qual dos contrários é verdadeiro e qual é falso. A cada divisão surgem pares opostos, segue o método até encontrar um termo indivisível, isto é, não formado por nenhuma oposição ou contradição e que será a idéia verdadeira ou a essência da coisa investigada. Ou seja, partindo de sensações, imagens, opiniões contraditórias sobre alguma coisa, a dialética vai separando os opostos em partes, mostrando que um dos termos e aparência e ilusão e o outro, verdadeiro ou essência.

Portanto, a dialética é um debate, uma discussão, um diálogo entre opiniões contrárias e contraditórias, para que o pensamento e a linguagem passem da contradição entre as aparências à identidade de um a essência.

Aristóteles:

Diferentemente de Platão, considera desnecessário separar realidade e aparência em dois mundos diferentes – há um único mundo no qual existem essências e aparências – e não aceita que a mudança ou o devir seja mera aparência ilusória. Há seres cuja essência é mudar e há seres cuja essência é imutável. O

⁶ CHAUI, Marilena. estratos retirados da unidade 5

erro de Heráclito foi supor que a mudança se realiza sob a forma da contradição, isto é, que as coisas se transformam nos seus opostos, pois a mudança ou transformação é a maneira pela qual as coisas realizam todas as potencialidades contidas em sua essência e esta não é contraditória, mas uma identidade que o pensamento pode conhecer.

Assim, por exemplo, quando a criança se torna adulta ou quando a semente se torna árvore, nenhuma delas tornou-se contrária a si mesma, mas desenvolveu uma potencialidade definida pela identidade própria de sua essência. Cabe à Filosofia conhecer como e por que as coisas, sem mudarem de essência, transformam-se, assim como cabe à Filosofia conhecer como e por que há seres imutáveis (como as identidades matemáticas e as divinas). Parmênides tem razão: o pensamento e a linguagem exigem a identidade. Heráclito tem razão: as coisas mudam. Tal engano levou Platão à desnecessária divisão dos mundos.

Para Aristóteles a dialética não é um procedimento seguro para o pensamento e a linguagem da Filosofia e da ciência, pois tem como ponto de partida opiniões contrárias dos debatedores, e a escolha de uma opinião contra outra não garante chegar à essência da coisa investigada. A dialética é boa para as disputas oratórias da política e do teatro, para a retórica, pois esta tem como finalidade persuadir alguém, oferecendo argumentos fortes que convençam o oponente e os ouvintes.

Substituindo a dialética por um conjunto de procedimentos de demonstração e prova, Aristóteles criou a **lógica** propriamente dita, que ele chamava de **analítica** (a palavra lógica será empregada séculos mais tarde, pelos estóicos e Alexandre de Afrodísia).

Qual a diferença entre a dialética platônica e a lógica (ou analítica) aristotélica?

Em primeiro lugar, a dialética platônica é o exercício direto do pensamento e da linguagem, um modo do pensamento e do discurso. A lógica aristotélica é um instrumento que antecede o exercício do pensamento e da linguagem, oferecendo-lhes meios para realizar o conhecimento e o discurso. Para Platão a dialética é um **modo de conhecer**. Para Aristóteles, a lógica (ou analítica) é um **instrumento para o conhecimento**. Em segundo lugar, a dialética platônica é uma atividade intelectual destinada a trabalhar contrários e contradições para superá-los, chegando à identidade da essência ou da idéia imutável. Depurando e purificando as opiniões contrárias, a dialética platônica chega à verdade do que é idêntico e o mesmo para as inteligências. A lógica aristotélica oferece procedimentos que devem ser empregados naqueles raciocínios que se referem a todas as coisas das quais podemos ter um conhecimento universal e necessário, e seu ponto de partida não são opiniões contrárias, mas princípios, regras e leis necessárias e universais do pensamento.

II. A LÓGICA FORMAL E SEUS PRINCÍPIOS:⁷

A lógica formal

Quando dizemos que algo é “lógico”, queremos dizer que se fala com outro algo em uma relação que satisfaz certas condições exigidas por nosso pensamento. Dizemos que um fato, um comportamento, um fenômeno histórico ou social, são “lógicos”, quando entre eles e outros fatos, ou comportamentos, ou fenômenos, descobrimos uma relação que nos permite “entendê-los”.

O “ilógico” é o que não entendemos, aquilo cuja relação com os demais parece impossível de se estabelecer. Todo pensamento é uma relação ou sistema de relações mas ou menos complexo; porém essa relação ou sistema de relações não surge arbitrariamente, pois são os princípios lógicos que tornam possível a relação ou sistema de relações em que o pensamento consiste. O pensamento, quando quer descobrir na realidade relações ou sistema de relações, não pode renunciar às suas exigências próprias; se renunciar a elas, deixa de ser pensamento; e deixando de ser pensamento renuncia a entender a realidade, pois não pode entendê-la se não na medida em que a realidade lhe aparece como “lógica”, quer dizer, como sujeita, também, a princípios.

⁷ Estratos do livro de Vicente Fatone, “Lógica e introducción a la filosofía”, 9ª ed, Buenos Aires, Kapelusz, 1969, capítulo 5.

Princípios lógicos fundamentais:

Para os adeptos da lógica formal, toda ciência parte de certos princípios. Esses princípios são *juízos* – afirmações – sem os quais é impossível construir o sistema de relações em que cada ciência consiste. Esses princípios não são o ponto de partida de uma determinada ciência, mas, são considerados os *pontos de partida de todas as ciências*, porque são princípios do pensamento, a que toda ciência recorre. Para a maioria dos cientistas, eles são a condição de toda verdade, e possuem validade universal. Existem quatro os princípios lógicos fundamentais:

- **Princípio de identidade:** um ser é sempre idêntico a si mesmo: $A \text{ é } A$

“Tudo aquilo que é, é”. (Locke)
“Toda Coisa é aquilo que é” (leibniz)

A noção de identidade implica na noção de “unidade”, Aristóteles dizia: “A identidade é uma espécie de **unidade** do ser, ou de várias coisas, ou de uma só considerada como várias.”.

Podemos falar de coisas diferentes entre si, mas que contenha uma unidade. Ex: Se digo “o ovo e o leite são brancos”, estou dizendo que são idênticos neste aspecto, ou seja, da cor. Quando dizemos que tudo é matéria, ou então, que tudo é espírito, queremos dizer que podemos resumir tudo que existe na realidade, a uma daquelas formas de existência, ou seja, que apesar de sua variedade a realidade é sempre idêntica. E podemos concluir: Ou há identidade, ou não é possível pensar.

O princípio de identidade, enunciado na forma: “Toda coisa é idêntica a si mesma”, é uma afirmação com respeito às coisas, porém a lógica não estuda as coisas, mas sim o pensamento. A ciência que estuda as coisas é a **ontologia**, e a ciência que estuda o pensamento é a **lógica**. Isso também é válido para os demais princípios.

O que o princípio de identidade diz, entendendo-o logicamente, é que “*todo juízo analítico é verdadeiro*”. Juízos analíticos são aqueles em que o predicado está implícito no sujeito e se obtém por simples análise deste último: Ex: “O homem é um mamífero”, o conceito “homem” está implícito no conceito “mamífero”, ou seja, estou dizendo que “um mamífero é um mamífero”. O juízo analítico é verdadeiro porque contém uma identidade, pode reduzir-se à fórmula “ $A \text{ é } A$ ”.

Criticas:

- *Fitche*: A fórmula “ $A \text{ é } A$ ” não pode ser a expressão de um princípio, quer dizer, de um ponto de partida que se justifique por si mesmo, porque na verdade “ $A \text{ é } A$ ” está condicionada: $A \text{ é } A$, sim é, porque se A não é A , então não é nada. Para que se trate de um princípio, é necessário que seja uma afirmação cuja verdade não está sujeita a nenhuma condição. Há que buscar algo cuja realidade não se pode por em dúvida.
- *Goblot*: “ $A \text{ é } A$ não é um princípio, porque carece de aplicação; e não é um juízo, porque saber que A somente é A , é não saber nada”.
- *Hegel*: “ $A \text{ é } A$ é uma contradição (...), nós falamos com uma forma de falar que contradiz a si mesma, porque não significa nenhum progresso, que é o que se exige a toda proposição, quer dizer, a toda expressão de um pensamento.”

Réplica:

O princípio de identidade, “ $A \text{ é } A$ ”, não contém nenhum conhecimento; porém, isso não elimina seu caráter de princípio. Um princípio é o ponto de partida do conhecimento; porém nada exige que um ponto de partida do conhecimento seja, por sua vez, um conhecimento.

- **Princípio da não-contradição:** é impossível que um ser seja e não seja idêntico a si mesmo ao mesmo tempo e na mesma relação. É impossível $A \text{ é } A$ e não- A .

“Nenhum juízo é verdadeiro e falso ao mesmo tempo”.
“É impossível que o que é, não seja, ou que o não é, seja”.
“O mesmo sujeito não admite ao mesmo tempo predicados contrários”.
“É impossível que uma coisa seja e não seja ao mesmo tempo”. (Locke)
“A afirmação e a negação não podem ser verdadeiras ao mesmo tempo do mesmo sujeito”

O que deve ser garantido com o princípio da não-contradição é a identidade. Ex: um tabuleiro de xadrez é branco e preto, porém o que é branco é branco, e o que é negro é negro, não é possível que um mesmo quadro seja branco e ser “não branco”, ou que outro seja negro e “não negro” ao mesmo tempo. A identidade do tabuleiro de xadrez está em ser composto por quadros brancos e pretos.

O princípio de **identidade** se reduzia a dizer que *uma coisa é uma coisa*, e o de **não-contradição** diz que *uma coisa não é duas coisas*.

O princípio de não-contradição diz que *em toda contradição há uma falsidade*. Há juízos falsos em si mesmo. Ex: “A matéria não é extensa”, falso, ela tem uma extensão pequena, média ou grande; ou “um triângulo não é uma figura”, falso e um dos diversos tipos de figuras; logo, aplica-se a regra “*todo juízo contraditório é falso*”. Há juízos que contraditórios entre si. Ex: “173.587 é um número primo”, “173.587 não é um número primo”. É impossível que esses dois juízos sejam ambos verdadeiros; logo, aplica-se a regra “*Dois juízos contraditórios entre si não podem ser ambos verdadeiros*”.

O Princípio de identidade dizia algo com respeito aos juízos analíticos: que são todos verdadeiros. Porém, não diziam nada com respeito aos juízos sintéticos, ou seja, aqueles em que o predicado não surge da análise do sujeito. O princípio de contradição nos diz que há algo com respeito a esses juízos sintéticos: Ex; “Há decaedros regulares”, “não há decaedros irregulares”. Esses são os juízos sintéticos.

O princípio da não-contradição não vale apenas para objetos e juízos, vale também para o raciocínio (o mesmo para os demais princípios).

O princípio de identidade diz que a identidade é a razão da validade de um raciocínio; o princípio da não-contradição diz que a contradição é a razão de sua invalidade.

- **Princípio do terceiro excluído:** dadas duas proposições com o mesmo sujeito e o mesmo predicado, uma afirmativa e outra negativa, uma delas é necessariamente verdadeira e a outra necessariamente falsa. A é *x* ou *não-x*, não havendo terceira possibilidade.

O princípio do terceiro excluído diz que tudo tem que ser **ou** não ser, não uma terceira possibilidade.

Afirmar simultaneamente “A É” e “A não é”, é impossível, pelo princípio de não-contradição; negar simultaneamente “A é” e “A não é”, é impossível, pelo princípio do terceiro excluído. Pelo princípio de não-contradição *não podemos afirmar* dois juízos contraditórios; pelo princípio do terceiro excluído *não podemos negar os dois, ou seja*, não podem ambos ser falsos.

Portanto, para a aplicação desses dois princípios (não-contradição e terceiro excluído), resulta que, dados dois juízos contraditórios, necessariamente um é verdadeiro e outro é falso.

Dado dois juízos contraditórios a lógica não pode estabelecer – já que só estuda a forma do pensamento, independentemente de todo conteúdo – *qual* deles é o verdadeiro e *qual* é o falso. Ex: “Um golfinho é um mamífero” e “um golfinho não é um mamífero”, a lógica só pode dizer que não aceita como verdadeiras as duas afirmações (princípio da não contradição), e que não aceita que as duas sejam erradas (princípio do terceiro excluído). Quem vai dizer qual das duas afirmações está correta, e a zoologia.

Por esses dois princípios (não-contradição e terceiro excluído) resulta que entre a verdade e a falsidade não há meio termo, nem que um só juízo pode ser falso e verdadeiro ao mesmo tempo, ou que ele não pode ser nem verdadeiro e nem falso.

Exemplificando de forma esquemáticas, por aqueles dois princípios, concluímos que não há meio termo para nenhum desses pares de conceitos:

Ser – não ser
Afirmção – negação
Verdade – falsidade
Conclusão correta – conclusão incorreta

Crítica aos princípios de contradição e de terceiro excluído:

- *Aristóteles*: Já pressentia possibilidade de crítica quando referendo aos juízos contraditórios afirmou: “Não podem ser verdadeiros juntos; e tampouco podem ser ambos falsos, ainda que este segundo caso possa parecer menos improvável”.
- *Hegel*: Uma maneira de negar filosoficamente o princípio do terceiro excluído consiste em afirmar que **entre o ser e o não ser há uma terceira possibilidade: o *dever***. Ou seja, a realidade é um processo, um desenvolvimento, uma mudança constante, em que tanto o princípio de não-contradição como o do terceiro excluído, caem negados. As coisas mudam, e, para que mudem, é necessário que não se limitem a ser o que são; se elas se limitassem a ser o que são, seriam eternamente o que são e não poderiam mudar. Porém na realidade há mudança. A mudança, que é real, e a existência mesma da contradição. Tudo que é real é contraditório, porque é mutante: é o que é e, ao mesmo tempo, é, de alguma maneira, já, o que não é. O menino é menino, porém não somente menino, é ele homem que não é, e por isso poder chegar a ser homem. Ser e não ser são conceitos rígidos, puramente formais, que não correspondem a nenhuma realidade. A realidade é mudança, e a mudança afirma simultaneamente o ser e o não ser, e simultaneamente os nega. Essa afirmação é a negação simultânea do ser e o não ser, é o *dever*. Aí está a terceira possibilidade. Esta é, em resumo, a crítica de Hegel.
- **O princípio da razão suficiente**: A é igual a B e B é igual a C, portanto, C é igual a A; a razão da verdade de que o juízo “C é igual a A”, está nos juízos anteriores.

A insistente pergunta que as crianças formulam: “*Por que?*”....., “por que?”, traduz uma exigência de nossa razão, segunda a qual nada pode ser “*porque sim*”. Tudo é por algo. **Tudo o que é, é por alguma razão que o faz ser como é e não de outra maneira**. Este é o princípio da razão suficiente, considerado por Leibniz o “grande princípio”. Exs: O quadrado da hipotenusa é igual a soma dos quadrados dos catetos por alguma razão, e essa razão aparece quando fazemos a demonstração do teorema. Os planetas se movem em órbitas elípticas por alguma razão, e esta razão aparece quando enunciamos a lei da gravitação universal. A Revolução Francesa se produziu por alguma razão, e essa razão aparece quando estudamos seus antecedentes e suas conseqüências. Em todas as ciências se busca a razão que responda a pergunta de por quê as coisas são como são ou sucedem como sucedem.

O princípio pode enunciar-se de outra maneira: **Nada se dá isolado**. Isto significa que tudo está ligado a algo que é sua razão.

Do *ponto de vista lógico* todo juízo verdadeiro, ou falso, é verdadeiro, ou falso, por alguma razão.

Os demais princípios não dizem quando um juízo é forçosamente verdadeiro (princípio de identidade); quando um juízo é forçosamente falso ou quando é impossível que dois juízos sejam ambos verdadeiros (princípio de não-contradição); quando é impossível que dois juízos sejam ambos falsos (princípio do terceiro excluído). O princípio da razão suficiente nos diz quando os juízos são falsos ou verdadeiros, e mais que são falsos ou verdadeiros por uma dada razão. Os quatro princípios dizem algo a respeito à verdade ou à falsidade dos juízos. A diferença está em que o de razão suficiente é prévio aos outros, já que exige que se dê a razão da verdade ou da falsidade. Os outros princípios dão essa razão, cumprindo assim a exigência formulada pelo “grande princípio”.

Quando digo que “A é igual a A”, a razão da verdade está no juízo em si mesmo, e não fora dele.

Princípio da razão deficiente: o que não é não é porque não há nenhuma razão para que seja. Ex: se os pratos de uma balança estão em níveis diferentes, é porque há alguma razão para que isso se suceda; porém se os pratos da balança estão no mesmo nível, é porque não há nenhuma razão para que um prato esteja mais baixo que o outro.

Schopenhauer: Em um raciocínio, os juízos de onde ele parte são a razão da conclusão que se obtém. A razão só se trata de uma relação de causa-efeito quando for relacionada a uma modificação da realidade.

▪ **Relação ente os princípios:**

Os princípios lógicos são independentes entre si. Não se derivam um dos outros. Porém, não significa que entre eles não exista nenhuma relação. O lógico inglês Bosanquet sustenta a coerência entre os quatro princípios lógicos em uma análise que pode ser esquematizada assim:

- O princípio de identidade diz que há juízos verdadeiros sem reserva. São os juízos redutíveis à fórmula “A é A”. Se há juízos verdadeiros, há uma realidade, a que esses juízos se referem. O princípio de identidade diz, pois, que há uma realidade, e que essa realidade *é a que é*. Há uma realidade e essa realidade *é uma*.
- O princípio de não-contradição agrega algo: diz que a realidade é uma e não duas. Se digo “A é B” e “A não é B” não pode ser verdadeira as duas afirmações. A realidade é a que *é e não outra*.
- O princípio do terceiro excluído diz que a realidade é um sistema de partes determinadas reciprocamente. “A é B” e “A não é B” não podem ser falsos os dois. SE nego qualquer desses juízos, não tenho mais alternativa que afirmar o outro. E diante de qualquer juízo me basta dizer “*sim*” (ou “*não*”) para ter a segurança de que estou na verdade ou no erro. Sempre, ao julgar, estou na verdade ou no erro.
- O princípio da razão suficiente, que a tudo exige razão, diz que a realidade é um sistema de partes relacionadas de maneira tal que de qualquer de suas partes de pode passar a qualquer outra, através das relações que as ligam. Dito em outras palavras: a realidade é um sistema solidário de partes. (Ou, mas simplesmente, a realidade é um *universo*).

III. AS LEIS DA DIALÉTICA MATERIALISTA MARXISTA:

As leis da dialética moderna, foram elaboradas por G. Hegel, seus ensinamentos foram assimilados por Marx, porém de forma crítica, incorporando uma mudança fundamental. A dialética hegeliana é considerada por Marx como *idealista*, ou seja, pressupõe que a idéia, o pensamento, o espírito, antecedem e determinam a existência da matéria. Marx afirma que a essa visão da dialética está de “cabeça para baixo”, e seria preciso colocar a dialética em pé. Ele afirma que tudo que existe, existe materialmente, e a idéia, o pensamento, o espírito são frutos da matéria cerebral altamente desenvolvida. Nosso cérebro, nossos órgãos dos sentidos, nossa inteligência, nossos instrumentos de observação, nossos métodos de pesquisas, podem apenas apreender, representar a realidade material abstratamente. Abaixo descrevemos as 5 leis da dialética, muito embora, normalmente são apresentadas as 3 últimas, pois a primeira já está presente na segunda lei, e assim por diante.

▪ **Lei da Interação Universal: (tudo se relaciona)**

Para a dialética, as coisas não existem isoladas, destacadas uma das outras e independentes, mas como um todo unido. Tanto na natureza quando a sociedade são compostas de objetos e fenômenos organicamente ligados entre si, dependendo uns dos outros e, ao mesmo tempo, condicionando-se reciprocamente. Por isso, para o método dialético não podemos entender nenhum fenômeno ou coisa de forma isolada, pois, como observou Stalin, “qualquer fenômeno (...) pode ser convertido num contra-senso quando considerado fora das condições que o cercam; ao contrário qualquer fenômeno pode ser compreendido e explicado, quando considerado do ponto de vista de sua ligação indissolúvel com os fenômenos que o rodeiam, quando considerado tal como ele é, condicionado pelos fenômenos que o circundam”.

▪ **Lei do Movimento Universal: (tudo se transforma)**

Para a dialética, o mundo não é um conjunto de coisas estáticas, mas ao contrário, o compreende como um conjunto de processos. Segundo Engels, as coisas e fenômenos “passam por uma mudança ininterrupta de devir e decadência, em que, finalmente, apesar de todos os insucessos aparentes e retrocessos momentâneos, um desenvolvimento progressivo acaba por se fazer hoje”. Portanto, o método dialético não analisa as coisas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está “acabada”, sempre está em via de se transformar, desenvolver, o fim de um processo é sempre o começo de outro. Nada que existe está parado. O repouso pode ser apenas relativo, o movimento é absoluto; tudo está se movendo no espaço e no tempo. Esse movimento é interno (a partir de sua composição, molecular, atômica, em fim, das partes que compõem esse objeto ou fenômeno) e externo (pois interage com as outras coisas). Tudo que está se movimentando está se transformando.

▪ **Lei da Unidade e Luta dos Contrários: (a contradição é interna e inovadora)**

A dialética parte do ponto de vista que os objetos e fenômenos da natureza supõem contradições internas, porque todos têm um lado negativo e um lado positivo, um passado e um futuro; todos têm elementos que desaparecem e elementos que se desenvolvem; a luta desses contrários, a luta entre o velho e o novo, entre o que morre e o que nasce, entre o que perece e o que evolui, é o conteúdo interno do processo de desenvolvimento, da conversão das mudanças quantitativas em qualitativas”.

- a contradição é interna: toda realidade é movimento e não há movimento que não seja consequência de uma luta de contrários, de sua contradição interna, isto é, essência do movimento considerado e não exterior a ele.

- a contradição é inovadora: não basta constatar o caráter interno da contradição. É necessário, ainda, frisar que essa contradição é a luta entre o velho e o novo, entre o que morre e o que nasce, entre o que perece e o que se desenvolve.

- unidade dos contrários: a contradição encerra dois termos que se opõem: para isso, é preciso que seja uma *unidade*, a unidade dos contrários.

Essa unidade dos contrários em condicionada, temporária, passageira, relativa. A luta dos contrários, que, reciprocamente, se excluem é absoluta, como absolutos são o desenvolvimento e o movimento.

▪ **Lei da Transformação das Mudanças Quantitativas em Saltos Qualitativos:**

Na contradição interna das coisas ou fenômenos, há uma progressiva mudança quantitativa, uma alteração na correlação de forças entre os opostos que estão unidos e em luta. Essa mudança qualitativa pode ser simples variação da quantidade, ou alterações que não mudam a essência das coisas, que não elimina a unidade e luta dos contrários. Há um progressivo e gradual acúmulo das mudanças quantitativas; essas alterações não essenciais das forças contrárias vão acontecer até que se chegue a um ponto determinado, onde ocorre o salto, que transforma essa realidade em outra realidade, a mudança qualitativa. A ciência, empregando o método dialético pode prever ou analisar quais são as mudanças “quantitativas” necessárias e suficientes para a transformação “qualitativa”. Essa mudança de qualidade que se dá ao acumular as variações quantitativas necessárias pode ocorrer de forma súbita, rápida, ou então, ou a partir de pequenas e graduais transições qualitativas.

▪ **Lei da Negação da Negação: (lei da superação)**

Se todas as coisas ou fenômenos movem-se, transformam-se, desenvolvem-se, significa que constituem processos, e toda extinção das coisas é relativa, limitada, mas seu desenvolvimento, transformação ou desenvolvimento é absoluto. Todo movimento, transformação ou desenvolvimento opera-se por meio das contradições ou mediante a negação de uma coisa – essa negação refere-se à transformação das coisas. Mas se a negação de uma coisa, acaba por transformá-la no seu contrário; por sua vez, a negação é negada, nesse novo resultado. A segunda negação, ou seja, a negação da negação, não significa o restabelecimento da afirmação original, mas resulta numa nova coisa, numa nova afirmação, que nega não só a afirmação original, mas também a sua negação, ou seja, a nega a negação. Como lei do pensamento, assume a seguinte forma: o ponto de partida é a tese, proposição

positiva; essa proposição nega-se ou transforma-se em sua contrária – a proposição que nega a primeira é a antítese e constitui a segunda fase do processo; quando a segunda proposição, *antítese*, e, por sua vez, negada, obtém-se a terceira proposição ou *síntese*, que é a negação da tese e antítese, mas por meio de uma proposição positiva superior – a obtida por meio da dupla negação. “Quando se nega algo, diz-se não. Esta, a primeira negação. Mas, se se repete a negação, isto significa sim. Segunda negação. O resultado é algo positivo” (Thalheimer). Portanto, essa síntese, ou seja, a nova afirmação com sinal positivo, nada mais é uma nova tese, para a qual vai existir uma nova antítese, de onde surgirá uma nova síntese, e assim por diante. Cada nova síntese conserva *traços* das teses e antíteses anteriores, mas os supera, quantitativamente ou qualitativamente.

IV. O MATERIALISMO HISTÓRICO

O materialismo histórico dialético é um método elaborado por Marx, para estudar o desenvolvimento histórico das diferentes sociedades em diferentes épocas. É composto por diversas categorias abstratas, que servem como “ferramentas” de análise teóricas da realidade concreta das sociedades. Marx desenvolveu essas categorias para aplicar as leis da dialética materialista, ao estudo da história das sociedades.

SUPERESTRUTURA:

A **superestrutura**, segundo a definição de Oskar Lange, é o conjunto de idéias que forma a consciência social e a psicologia social de uma sociedade numa determinada época histórica.

Por **psicologia social**, entendemos as formas de sentimentos, de emoções, de personalidade, de caráter que caracterizam uma sociedade. Por **consciência social** entendemos todo o conjunto de idéias filosóficas, políticas, religiosas, econômicas, sociológicas, morais, éticas, estéticas, etc ... desta mesma sociedade. Esse conjunto de idéias se **materializa em instituições** como o Estado, as igrejas, as escolas, os meios de comunicação, os meios artísticos, esportivos, as instituições representativas de classes, as organizações populares, etc.

Dessas instituições, o **Estado** é de longe a mais importante e, em grande parte, condiciona a forma e o conteúdo das demais instituições.

Porém, o Estado só aparece nas superestruturas, onde a sociedade está dividida em classes sociais antagonicas. Por isso, para Marx, o Estado é, antes de tudo, o **comitê central da classe** econômica e politicamente **dominante**, o Estado é a força armada e organizada pela classe dominante para impor seus privilégios as classes dominadas, para isso o Estado pode tanto utilizar-se de meios coercitivos (política, forças armadas, judiciário, etc) como de meios ideológicos de convencimento (escolas, meios de comunicação, etc...) para garantir o poder da classe dominante.

A superestrutura deve sempre corresponder o grau de desenvolvimento da infraestrutura, por isso, quando há uma revolução nessa última, cedo ou tarde, muda também a superestrutura.

INFRAESTRUTURA:

A infraestrutura é a **base econômica** de uma sociedade.

Sobre a infra-estrutura se ergue uma **superestrutura** política e ideológica.

Toda **Formação Social** possui um **modo de produção** dominante ou principal que distingue uma infraestrutura de outra, muito embora, é possível haver na infraestrutura de uma sociedade, resquícios de modos de produção anteriores, ou germes de modos de produção futuros.

MODO DE PRODUÇÃO:

É o conceito que explica a forma como os **homens**, em cada época histórica, se relacionam com a **natureza** e com **outros homens** para a produção dos bens necessários à sua existência.

Os modos de produção são compostos pela **relação dialética** entre as **forças produtivas** e as **relações de produção**, essa relação é histórica e materialmente determinada, deve sempre haver uma correspondência do nível de desenvolvimento das relações de produção, conforme o nível de desenvolvimento das forças produtivas. Entretanto, essas últimas são mais dinâmicas, e tendem a se desenvolver mais rapidamente que as relações de produção, com o tempo, as relações de produção se tornam um freio para o desenvolvimento das forças produtivas, criando assim, uma crise generalizada nesta sociedade, que só é resolvida com uma **revolução social**. Ela transforma o modo de produção numa forma mais avançada e, conseqüentemente, a superestrutura também será alterada mais cedo ou mais tarde.

FORÇAS PRODUTIVAS:

As **forças produtivas** são todos os meios materiais necessários para se realizar a produção da subsistência humana. As forças produtivas são compostas pela força de trabalho e pelos meios de produção.

Força de trabalho:

A força de trabalho é a capacidade que o ser humano tem para produzir os meios necessários para sua subsistência. Ela é composta por seu conhecimento, sua habilidade, sua agilidade, sua organização para o trabalho.

Meios de produção:

Os meios de produção, são os meios materiais que o homem utiliza para produzir. São compostos de objetos de trabalho e meios de trabalho.

Objetos de trabalho são todos os meios materiais que serão transformados pelo trabalho humano num novo produto. Eles são compostos por: a) **elementos naturais:** aquilo que a natureza produziu sem interferência do ser humano, além do trabalho humano é a fonte inicial de toda riqueza material da sociedade; b) **matérias-primas:** são objetos de trabalho que já sofreram alguma transformação anterior pelo homem, e serão novamente transformados para gerar um novo produto; c) **matérias-auxiliares:** são materiais completamente consumidos no processo de produção, mas que não aparecem na estrutura físico-química dos produtos que foram fabricados com sua ajuda, exemplo, combustível que move as máquinas.

Meios de trabalho são os meios materiais com a ajuda dos quais a força de trabalho necessita para direta ou indiretamente transformar os objetos de trabalho num novo produto. Podem ser instrumentos de trabalho quando agem diretamente na transformação do objeto de trabalho, ou meios auxiliares de trabalho, quando agem indiretamente, por exemplo, apenas protegendo, transportando os objetos de trabalho, os instrumentos de trabalho e a força de trabalho.

RELAÇÕES DE PRODUÇÃO:

São as relações que, em cada época histórica, se estabelecem entre os indivíduos e as classes sociais no processo de produção da existência humana. Estas relações são compostas pelas **relações de propriedades** sobre as forças produtivas e pelas **relações de distribuição** da riqueza social.

Relações de Propriedade:

É a forma como os homens tomam posse e se relacionam com as forças produtivas. As relações de propriedade podem ser **coletivas** ou **privadas**.

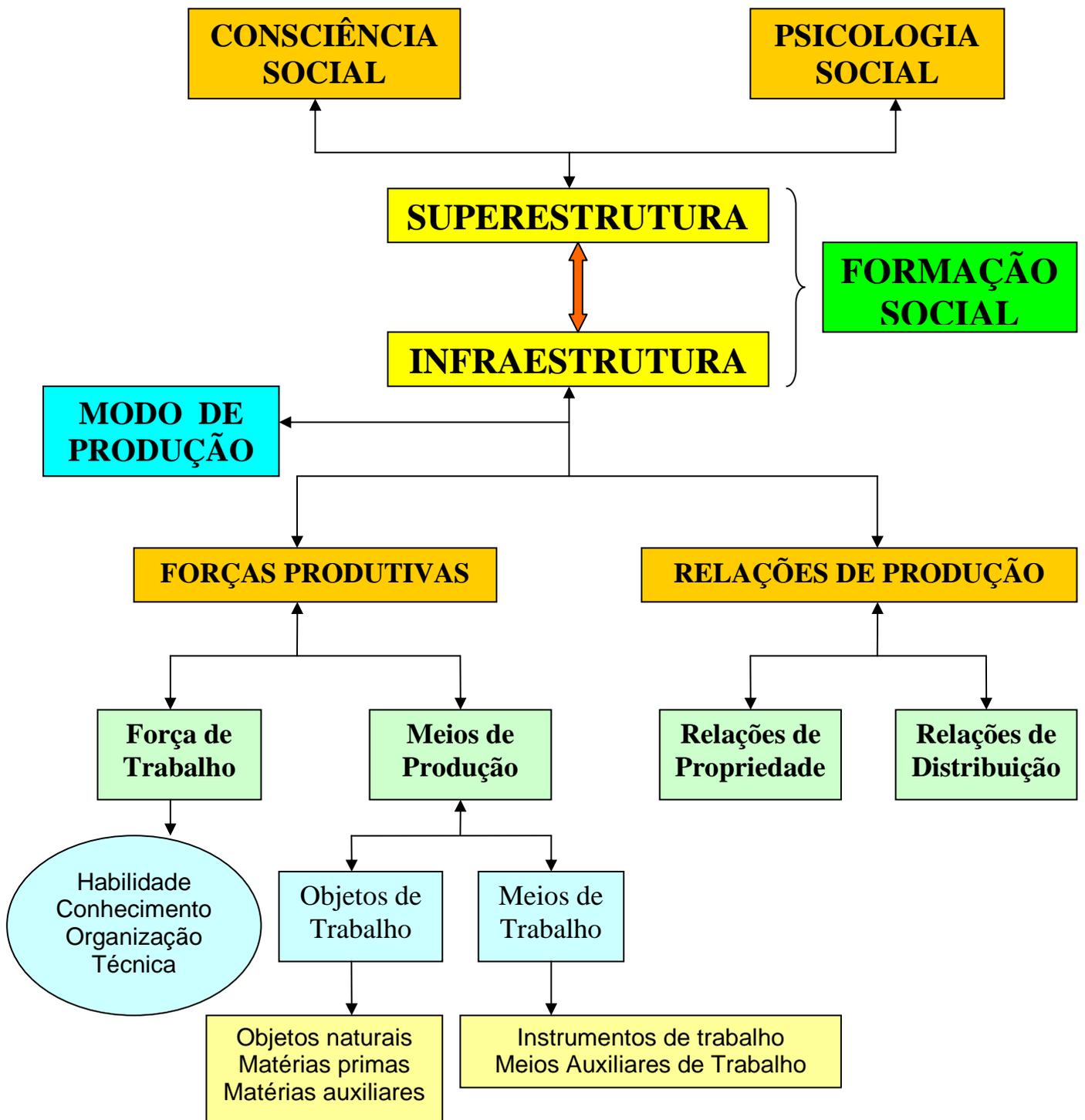
Quando a propriedade dos meios de produção é coletiva o trabalho é coletivo, e a distribuição do fruto do trabalho também é, reina um ambiente de cooperação entre os homens. Quando a propriedade dos meios de produção é privada, os homens que possuem a propriedade dos meios de produção, e até da força de trabalho alheia (escravismo), exploram os que nada possuem, ou que só possuem sua força de trabalho.

Relações de Distribuição:

É a forma como são repartidas, as riquezas produzidas por uma sociedade. Essa forma depende da forma das relações de propriedade.

Em sociedades não divididas em classes sociais, a distribuição se dá de acordo com a necessidade de cada indivíduo. Nas sociedades divididas em classe, há várias formas da classe dominante, explorar o excedente econômico produzido pelas classes dominadas.

UMA REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DO MATERIALISMO HISTÓRICO



4. ECONOMIA E IDEOLOGIA: AS DIVERSAS CORRENTES ECONÔMICAS

I – ARISTOTELES

Aristóteles deu origem à palavra economia. Ele criou o conceito de economia, para se referir à ciência que deveria estudar sobre os problemas da administração dos negócios privados, e política como a ciência que deveria estudar os problemas da administração pública, ou do Estado.

Oikosnomus (oikos=casa, nomus=lei): “Ciência das leis da administração doméstica; do patrimônio particular”

Política: A administração da polis (cidade-estado)

II – SÃO TOMAS DE AQUINO (ESCOLÁSTICA)

Tratava dos problemas econômicos do ponto de vista de avaliações **morais normativas**, baseadas nas doutrinas teológicas. Suas teses econômicas constituem parte integrante da teologia moral e dava importância à questão do **preço justo** e o problema da **usura**.

III – ANTOINE MONTCHERESTEIN

(1615) “*Traite de l’économie politique*”

Primeiro teórico moderno que usou a expressão economia política, no livro onde tratou dos problemas da atividade econômica do Estado, por isso acrescentou o termo “política” à “economia”,

IV – MERCANTILISMO

O Cenário histórico do mercantilismo:

- Existiu no período do século XVI a XVIII, que foi marcado pela expansão colonial, a revolução comercial, desintegração do feudalismo e formação dos estados nacionais e do absolutismo monárquico na Europa Ocidental.
- Neste período histórico foram criadas as bases para o futuro desenvolvimento da economia capitalista, com a generalização do processo de compra e venda de mercadorias, e a formação de um mercado mundial. Mais tarde, a dinâmica desse processo acabou exigindo a revolução industrial para dar conta de uma demanda cada vez maior de mercadorias manufaturadas.

Princípios da economia política mercantilista:

- Há crença era de que havia uma quantidade fixa de recursos econômicos no mundo, ou seja, um país só podia **enriquecer as custas do outro**: *“O lucro de um homem é a desgraça de outro... Nenhum lucro, qualquer que seja, pode ser alcançado, a não ser à custa de outro”* (MICHEL DE MONTAIGNE, 1580).
- “O mercado é o melhor juiz do valor (...) O **preço** dos produtos é seu **valor atual** (...)” e este “é obtido calculando-se as acasiões ou seus usos, com a quantidade representando a ocasião (...) É impossível, para o mercador, ao comprar suas mercadorias, saber por quanto as venderá. (...) O **valor** de todos os produtos depende de seu **uso**, e seu **preço**, caro ou barato, deriva de sua abundancia ou de sua **escassez**” (NICHOLAS BARBON).
- Esse pensamento mostra como os mercantilistas viam as **trocas** como a **fonte do lucro**, ou seja, pela diferença entre o preço pago e o preço vendido. Naquela época havia muita **diferença** nas **condições de produção** das **diferentes regiões**, os mercadores compravam mercadorias onde elas eram baratas e vendiam onde elas eram caras o suficiente para cobrir seus custos (preço de compra, transporte, etc.) e obter lucros. E também se aproveitavam da possibilidade de **manipulação de estoques** no tempo, comprando em épocas de abundância (nas safras, por exemplo), e vendendo em épocas de escassez (nas entressafras).
- A concorrência entre mercadores fazia esses preços tenderem a uma homogeneização, e para baixo, reduzindo seus lucros, por isso a defesa dos monopólios, caso contrário, todos os mercadores iriam querer vender onde os preços estavam altos, e eles fatalmente ficariam baixos.
- No período da idade média a igreja cumpria o papel de justificar ideologicamente a extrema desigualdade de riqueza, com o argumento que Deus escolhera os ricos como guardiões da riqueza das massas, para que essas não as consumissem tudo. A igreja tratava de fornecer caridade aos mais necessitados. Com o avanço do comércio no período mercantilista, os seus teóricos defenderam que o papel de cuidar do bem público cabia ao Estado.
- “O Estado, sob a forma de uma monarquia divina, assumiu o papel e as funções da antiga Igreja Medieval.” (APPLEMAM. P. WILLIAMS).
- O mercantilismo era **extremamente nacionalista**. O Estado deveria incrementar o bem-estar nacional, ainda que em detrimento de seus vizinhos e colônias.
- Defende o **acúmulo** de divisas em **metais preciosos** pelo Estado por meio de um comércio exterior de caráter protecionista, que consiga obter sempre um **superávit** na **balança comercial**. Proibia-se a importação daquilo que podia ser produzido internamente, proibia-se a exportação de matérias-primas produzidas internamente e isentavam as tarifas de importação das matérias-primas que não podiam ser produzidas internamente, para aumentar a competitividade das exportações.
- A forma mais eficaz de obter esses saldos comerciais era obtendo mercados cativos para as suas exportações, através do **controle monopolista** do **comércio exterior** das suas **colônias**. Qualquer benefício e desenvolvimento obtido pelas colônias, era um subproduto acidental da política de

exportação. Geralmente era proibida ou restrita a produção manufatureira ou industrial nas colônias, essas só poderiam produzir e exportar matérias-primas, e importar tudo o mais da metrópole.

- Por isso, o mercantilismo está ligado ao **militarismo** e **expansionismo colonial**.
- **Não** havia **preocupação com o** preço que o **consumidor local** pagava pelos produtos, mas tão somente com os lucros do comércio. O comércio e a indústria são mais importantes para a economia nacional do que a agricultura. Os teóricos mercantilistas defendiam que internamente não deveria haver pedágios ou impostos sobre o transporte e o comércio de bens, mas mesmo internamente o comércio deveria se monopolizado por concessão do Estado.
- Havia um **forte controle central da economia** por parte do Estado. O governo concedia privilégios monopolistas a empresas envolvidas no comércio exterior e restringia a livre entrada de empresas no comércio interno para restringir a concorrência. Além de barreiras alfandegárias havia subsídios à produção local. Mas controlava a produção local para que houvesse padrão de qualidade, e não prejudicasse a reputação dos seus produtos no exterior, ou seja, havia pouca confiança na possibilidade de auto-regulação do mercado privado.
- A riqueza da economia depende do **aumento da população** e do aumento do volume de metais preciosos no país. Uma população numerosa fornecia mão-de-obra barata e um exército e marinha poderosos para lutar pelo país, e era necessário dinheiro para sustentar essas forças armadas.
- A ociosidade e a **mendicância** realizada por pessoas capazes de trabalhar, eram tratadas e **castigadas** sem perdão (eram presos, cortavam suas orelhas, marcados como gado e até mortos por reincidência), e o roubo punido drasticamente com a força.

Contribuições duradouras:

- As idéias mercantilistas foram válidas para a época, um período de transição entre o regime feudal e o capitalismo, que foram fundamentais para a constituição da economia moderna (capitalista). A economia mercantilista permitiu a acumulação da **liquidez monetária** necessária para fazer avançar o comércio de mercadorias nacional e internacional e, também, para facilitar a cobrança de impostos.
- Do ponto de vista teórico as principais contribuições do pensamento mercantilista foram enfatizar a **importância do comércio internacional** e a noção econômica e de **contabilidade** do que é hoje denominado **balança de pagamentos** entre uma nação e o resto do mundo.
- Os mercantilistas contribuíram muito para que fosse eliminado o preconceito que a nobreza tinha contra os mercadores.
- Outra contribuição que inspira até hoje muitos pensadores é a defesa do **nacionalismo**. Mas mesmo os liberais aceitam a intervenção do Estado na **regulamentação da economia** em questões como a padronização monetária e a padronização dos pesos e medidas, que são necessários ao processo de concorrência comercial.
- As empresas monopolistas foram os embriões das grandes **corporações econômicas privadas** que temos hoje.
- Finalmente, fez expandir e **generalizar a produção** e a **comercialização de mercadorias**, condição fundamental para o **surgimento da economia capitalista**.

Objetivos ideológicos:

- Benefício direto aos reis (déspotas esclarecidos) que controlavam Estados absolutistas, e que acumulava cobrando impostos sobre os ganhos de comércio. Beneficiou também uma classe de funcionários do Estado (inspetores, juízes e oficiais de justiça, cobradores de impostos, etc)
- Vantagens à burguesia (comerciantes e manufatureiros) que enriqueceu as custas do trabalho assalariado e da expansão comercial.

Principais Pensadores:

- Thomas Mun, William Petty e Charles Davenant, Gerald Malynes – Inglaterra

- Jean Baptist Colbert, Barthélemey de Laffemas e Antoine de Montcherestien – França
- Antonio Serra – Itália

V – FISIOCRACIA

O cenário histórico da escola fisiocrática:

- Período curto aproximadamente entre 1750 e 1776. Surgiu como reação ao mercantilismo e às características feudais do antigo regime na França e, ainda assim, não conseguiu fugir completamente dos conceitos medievais que impregnavam a sociedade francesa.
- A indústria francesa foi retardada em seu desenvolvimento pelas autoridades locais que impunham pedágios, impostos e tarifas internas, impedindo, portanto, a movimentação de bens. Também por uma excessiva regulamentação da economia, por exemplo, o Estado francês chegou a especificar quantos fios devem existir por metros de tecido. As *guildas* de mercadores e artesãos, que surgiram no período medieval duraram mais na França do que na Inglaterra. Ditavam quem tinha direito de exercer o comércio ou determinado ofício artesanal numa cidade, ditavam os métodos de produção, etc.
- A agricultura francesa foi onerada pelas condições impostas pela nobreza dona das terras. Os camponeses eram submetidos a impostos sobre a terra e os lucros da lavoura, enquanto a nobreza e o clero tinham isenção de impostos. Os coletores de impostos pagavam uma taxa fixa ao Estado, e tinham a liberdade para extorquir o máximo que pudessem para ter lucro nessa atividade. Tinham que fazer negócios e pagar altas taxas aos moleiros, padeiros, moedores de vinhos, e outros profissionais que tinham o monopólio garantido pelos senhores feudais. Os nobres praticavam a caça nos campos plantados dos camponeses, e estes nem podiam retirar o mato e ervas daninhas se isso espantasse as perdizes. A odiada corvéia revivida por Colbert, forçava os camponeses e seus animais a trabalharem sem pagamento na pavimentação de vias públicas e em outros serviços ao Estado. A exportação de grãos era proibida, as leis definiam a quem eles tinham que vender os grãos, e o preço a pagar, as exceções eram dadas aos privilegiados, ou em tempos de fartura.
- As idéias fisiocratas, assim como dos economistas clássicos logo em seguida, foi fortemente influenciada pelo desenvolvimento das ciências naturais, da filosofia e da ciência política, em especial no período compreendido, entre os séculos XVI e XVIII, graças a contribuição de homens como Galileu Galilei, Kepler, Newton, Bacon, Descartes, Hume, Condorcet, Saint Simon, e os iluministas, entre outros.

Princípios da economia política fisiocrata:

- **Fisio** (physis = terra, natureza em grego), **cracia** (governo, regência). Governo da natureza.
- Assumem o **princípio positivista** de que a economia e a sociedade são regidas pelas leis rígidas e invariáveis da natureza. Nas sociedades humanas assim como na natureza reina uma harmonia estável, de acordo com essas leis. O objeto de estudo científico é descobrir quais são as leis às que regem todos os fenômenos naturais ou sociais.
- Na esfera econômica, as leis da natureza conferiam aos indivíduos o direito natural de usufruir dos frutos de seu próprio trabalho, desde que isso seja consistente com os direitos dos outros.
- **Laissez-faire, laissez-passer**. Expressão creditada a Vicente de Gournay (1712-1759), um alto funcionário mercantilista, cuja experiência o levou a ser partidário do liberalismo. Aquela expressão significa “deixe as pessoas fazerem o que quiserem sem a interferência do governo”, ou seja, os governos nunca deveriam estender a sua interferência nos assuntos econômicos além do mínimo absolutamente necessário para **proteger a vida e a propriedade** e para manter a **liberdade de adquirir**.
- **Ênfase na agricultura**. Segundo os fisiocratas, apenas a produção primária (agricultura, pecuária, extrativismo) cria **excedente econômico**, porque só a natureza é capaz de multiplicar o produto, e produzir algo novo (Ex: lançamos um saco de sementes ao solo e ele devolve várias sacas). As demais atividades apenas transformam ou transportam os produtos da terra.

- Os fisiocratas eram entusiastas defensores dos empresários capitalistas arrendatários das grandes fazendas rurais, que empregam trabalhadores assalariados e aplicam seus capitais em técnicas avançadas de produção agrícola (ou na pecuária).
- As **atividades industriais e comerciais** são úteis, porém *estéreis*, porque as classes que atuam nessas atividades só acrescentam valor aos produtos primários na exata proporção do que recebem de remuneração por sua atividade na forma de salários e lucros, enquanto a classe agricultora produz mais do que recebe de remuneração. A diferença entre o que os agricultores produzem e recebem, deduzidos os custos de produção, é o excedente absorvido com renda pela classe dos proprietários de terras.
- O **conceito de classe social** está ligado ao tipo de atividade econômica exercida e não ao papel desempenhado nas relações sociais de produção. Por isso classe agrícola são tanto arrendatários capitalistas quanto trabalhadores assalariados agrícolas; a classe industrial é tanto os empresários quanto os operários, etc.
- Defendiam que os **impostos** deviam incidir apenas ou, pelo menos, em maior intensidade sobre a **propriedade da terra**, pois os proprietários latifundiários cobravam uma renda pelo empréstimo da terra aos arrendatários capitalistas. Esses proprietários não contribuíam em nada com a produção (nem com trabalho, nem com capital) e ficavam com todo o excedente econômico. A isenção ou diminuição de impostos cobrados da burguesia estimularia o investimento produtivo.

Contribuições duradouras:

- Foram os primeiros a examinar toda a sociedade e analisar as **leis que governam a** circulação de riqueza e bens, assim eles estabeleceram a **economia** como uma **ciência social**. Fizeram uma análise sistemática do processo de produção e distribuição, criando a noção de **circuito econômico**.
- O famoso *Tableau Economique* (quadro econômico) de François Quesnay (ver em anexo abaixo) inspirou o diagrama do **Fluxo Circular da Renda** (ver em anexo abaixo), criado pelo norte-americano Frank Knight no início dos anos de 1930, e que até hoje consta dos primeiros capítulos de todo livro de introdução à economia. Também inspirou o desenvolvimento futuro da contabilidade da renda nacional, ou **contabilidade social**.
- A **lei dos retornos decrescentes** de Ricardo, hoje é creditada a Turgot. E foram também precursores do estudo da **incidência real dos impostos** nas diversas classes sociais a depender de como e sobre quem eles são cobrados. Essas idéias hoje fazem parte da microeconomia.
- Uma contribuição muito importante foi enfatizar na **produção** (infelizmente só enfatizaram a agrícola), e não na troca realizada pelo comércio a **fonte de toda a riqueza**.
- Finalmente, foram os primeiros defensores do *laissez-faire* (**liberalismo econômico**), e inspiraram todos os teóricos clássicos e neoclássicos.

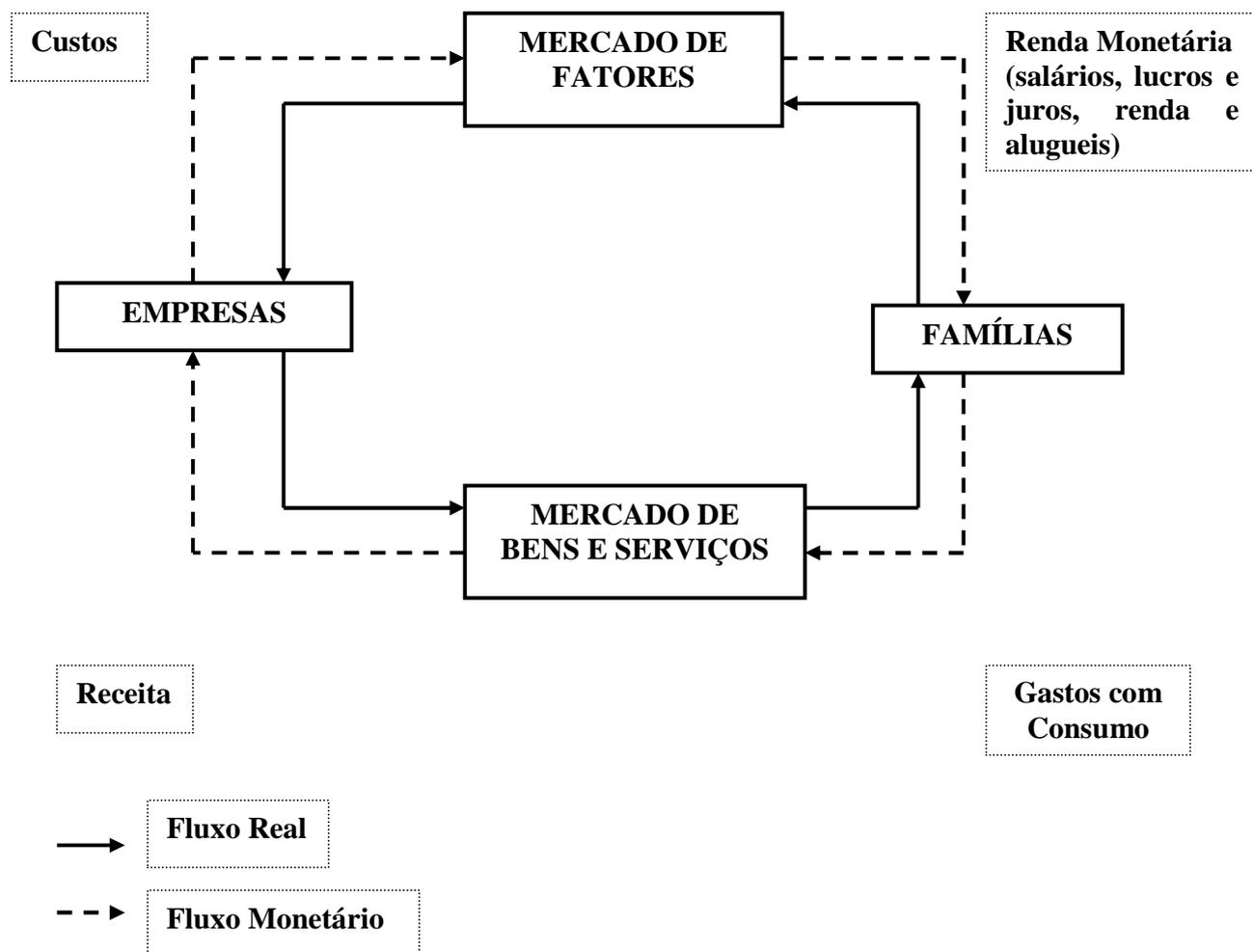
Objetivos ideológicos:

- Os fisiocratas pretendiam beneficiar diretamente os empresários capitalistas (que empregavam o trabalho assalariado e técnicas avançadas de produção) do setor rural (agricultores e pecuaristas) e, indiretamente, os camponeses e assalariados agrícolas, pois defendiam que os impostos deveriam ser cobrados apenas dos proprietários de terra e, complementarmente, também defendiam o fim dos monopólios e a liberdade de comércio local e internacional da produção agrícola.
- Ao mesmo tempo tentaram acalmar a nobreza, defendendo genuinamente seu direito à propriedade de terra e ao ressarcimento pelo uso de suas terras através da cobrança do arrendamento.

Principal Pensador:

- François Quesnay, *Tableau économique* (1758)

DIAGRAMA DO FLUXO CIRCULAR DA RENDA



FAMÍLIAS:

- Ofertam fatores de produção (trabalho, terra e capital) e recebem como remuneração por esses fatores respectivamente salários, renda da terra ou aluguéis, lucros e juros.
- Demandam bens e serviços e pagam o preço de mercado por eles, esse preço é a receita das empresas.

EMPRESAS:

- Ofertam bens e serviços às famílias e o pagamento em dinheiro por esses produtos compõe sua receita.
- Demandam fatores de produção das famílias, pagam salários, renda da terra ou aluguéis, lucros e juros, o que compõe os custos das empresas.

FLUXO REAL X FLUXO MONETÁRIO:

Esse diagrama representa uma economia de mercado monetizada. Ninguém vende sem que alguém compre. Para toda compra/venda de bens e serviços ou de fatores de produção, há um pagamento/recebimento em dinheiro.

VI – ECONOMIA POLÍTICA CLASSICA

Principais Pensadores:

- Adam Smith. *An Inquiry into the nature and causes of the wealth of nations* (1776)
- David Rciardo. *Principles of political economy and taxation*. (1817)
- Thomas Malthus. *Princípios de Economia Política e Considerações sobre sua Aplicação Prática*.
- John Stuart Mill. *Princípios de economia política com algumas de suas aplicações á filosofia social*
- John Baptist Say. *Tratado de economia política*. (1803)

O cenário histórico da escola clássica:

- Quando Adam Smith, discípulo de Quesnay, publica sua “A Riqueza das Nações”, a revolução industrial já havia começado na Inglaterra, podemos dizer que, literalmente, ela estava a “pleno vapor”. É natural que naquele momento histórico, fosse mais fácil que um intelectual pertencente as classes médias, estive maravilhado com as oportunidades de progresso que a revolução técnica, científica e economia prometia, do que se preocupar as mazelas que acumulação capitalista produzia na população, principalmente entre os excluídos do mercado de trabalho, mas também entre os empregados. Esse “espírito” de modo geral contaminou todos os economistas clássicos.
- É claro que no início do século XIX, os males sociais provocados pelo capitalismo já eram bem visíveis, levando Malthus a desenvolver sua “teoria da população” para tentar justificar e propor uma “saída” para o problema. Obviamente não foi capaz de encontrar as verdadeiras causas da miséria, muito menos a solução, pois também estava ideologicamente comprometido com o sistema.

Princípios da economia política clássica:

- O motor do desenvolvimento econômico é a divisão social do trabalho; através da especialização produtiva se consegue o aperfeiçoamento e o aumento da produtividade do trabalho.
- Essa divisão social do trabalho deve ser realizada em escala internacional segundo os princípios das vantagens absolutas (Smith) ou das vantagens relativas (Ricardo).
- Para isso é preciso eliminar todo tipo de barreira protecionista, monopólio de comercio e intervenção no mercado (pelo Estado, sindicatos, etc.).
- A livre concorrência estimula o desenvolvimento da força de trabalho e das empresas; e permite que a produção e o consumo sejam regulados automaticamente pelo mercado através da “mão-invisível”.
- Os clássicos criaram a teoria do valor trabalho
- Para Smith nas sociedades primitivas o valor é proporcional ao trabalho *contido* na produção das mercadorias; porém, nas sociedades capitalistas é igual ao custo de produção, que estabelece o preço natural = salário + lucro + renda. Esse preço é equivalente ao trabalho comandado, ou seja, ao trabalho que as mercadorias podem comandar.
- Ricardo reformulou a teoria do valor trabalho levando em consideração o trabalho necessário embutido nos meios de produção para fabricar os produtos.
- Ricardo também conciliou a teoria do valor trabalho com a renda da terra, afirmando que esta é determinada pela diferença de produtividade em solos diferentes. Daí surgiu o conceito de produtividade marginal decrescente. Com o crescimento da economia e da população aumenta, é preciso produzir em terras menos férteis, o que encarece o preço dos produtos agrícolas, eleva a renda da terra e os salários e reduz os lucros, desestimulando o investimento.
- J.B. Say criou o princípio de que toda oferta cria sua própria procura, isso porque ao criar-se um produto cria-se o seu valor, por isso, desde que as pessoas que vendem produtos imediatamente comprem produtos do mercado, não haveria desequilíbrios entre oferta e procura.

Objetivos ideológicos:

- Beneficiar a burguesia, em particular a industrial, pois desejavam que esta tivesse liberdade para importar matérias primas e alimentos de quaisquer países, com isso teriam diminuição dos custos de produção (salários, matérias-primas) e ampliaria os lucros e a capacidade de exportação de manufaturas.
- Impedir a intervenção de sindicatos ou do Estado a favor dos trabalhadores assalariados.

VII – KARL MARX

Principais Obras:

(1859) *Para a crítica da economia política*

(1867) *O Capital*

O cenário histórico vivido por Marx:

- Marx, ainda jovem, pode ver claramente a pujança do desenvolvimento econômico capitalista, em especial na Inglaterra, mas também o início dele na França, e ao mesmo tempo toda a miséria que o capitalismo criava como subproduto da riqueza.
- Pode ver também, o início das revoltas contra o sistema capitalista, dos “ludistas” que saíam quebrando as máquinas, passando pelos socialistas utópicos mais reformistas (Sant-Simon, Fourier, Owen), até chegar aos utópicos revolucionários socialistas (Blanc, Babeuf, etc) e anarquistas (Proudon, Bakunin).
- Marx presenciou as grandes crises cíclicas da economia capitalistas, e percebeu que aquelas que aconteceram antes dele, não era obra do acaso.
- Por fim, Marx presenciou as grandes revoltas proletárias que tiveram início na Europa nos anos de 1847-48, até estourar na Comuna de Paris, de 1871.

Princípios da economia política marxista:

- A doutrina de Karl Marx é composta pela crítica de três áreas do conhecimento: a filosofia alemã (extraída de Hegel a dialética e o materialismo de Feurbach), o socialismo utópico francês (Fourier, Saint-Simon, Owen, Proudhon) e a economia política inglesa (Smith, Ricardo, Malthus).
- Marx desenvolveu uma crítica radical à economia política clássica, porém apoiando-se e desenvolvendo até as últimas conseqüências um dos pilares daquela corrente, a teoria do valor trabalho.
- Assume o princípio de que o valor das mercadorias é determinado pelo tempo médio de trabalho socialmente necessário para produzi-las. Isso inclui o tempo gasto na produção das matérias primas, máquinas e ferramentas, bem como o tempo que o trabalhador necessita para transformar a matéria prima em uma nova mercadoria.
- A própria força de trabalho é uma mercadoria na sociedade capitalista, e seu valor é determinado pelo tempo médio de trabalho socialmente necessário para produzir o valor dos meios de subsistência (reprodução) da força de trabalho. Mas os capitalistas obrigam os assalariados a trabalhar por um tempo excedente sem remunerá-los a mais por isso. Esse tempo de trabalho excedente é a mais valia, gerada nas atividades produtivas e repartida pelos capitalistas industriais com os capitalistas comerciais e financeiros.
- Além do caráter exploratório da atividade capitalista, Marx descobriu uma séria de contradições internas a esse sistema como: trabalho social X apropriação privada dos meios de produção; organização fabril X anarquia social da produção; etc. Essas contradições geram: crises cíclicas de superprodução; desemprego e tantos outros males econômicos e sociais.
- Ao mesmo tempo, Marx demonstrou que estas contradições tendem a se acirrar com o desenvolvimento do capitalismo, a concorrência capitalista provoca o processo de acumulação, concentração e centralização do capital, que transforma o capitalismo numa sociedade monopolista, levando a falência milhares de pequenos capitalistas que se tornam proletários. A sociedade se divide num número cada vez maior de proletários que nada possuem a não ser sua força de trabalho de um lado, e de outro um número proporcionalmente cada vez menor de capitalistas de outro.

- Esse fato cria as condições para uma *revolução social*, para adequar as relações sociais de produção (propriedade dos meios de produção e distribuição da produção) ao nível de desenvolvimento às forças produtivas sociais.
- Para isso é necessária a tomada do poder político pelos trabalhadores e a constituição de um Estado proletário que socialize os meios de produção, planifique a economia e vá eliminando paulatinamente as diferenças sociais herdadas da sociedade capitalista, até que seja possível existir uma sociedade sem divisão de classes e sem Estado.

Objetivos ideológicos:

- Como visto acima, Marx propõe a tomada do poder político pelos trabalhadores, em particular os operários, os assalariados, em aliança com os camponeses. Sua teoria tem, portanto, um interesse de classe explícito, declarado, coisa que não vemos em outras correntes do pensamento, particularmente naquelas que são próprias das classes dominantes.

Principais seguidores

- Lênin: *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*, 1916

VIII – ECONOMIA MARGINALISTA, NEOCLÁSSICA, MONETARISTA E NOVO CLÁSSICA

Principais Pensadores:

- William Stanley Jevons. *Theory of Political Economy*, 1871.
- Carl Menger. *Principles of Economics*, 1871.
- Leon Walras. *Elements of pure economics*. 1874.
- Alfred Marshall. *Principles of economics*. 1890.
- Eugen Von Böhm-Bawerk. *The positive theory of capital*. 1891.
- John Bates Clark. *The Distribution of Wealth: a theory of wages, interest and profits*. 1899

O cenário histórico da escola neoclássica:

- Os economistas neoclássicos surgiram após Marx ter abalado a defesa teórica do capitalismo elaborada pelos clássicos, ao desenvolver a teoria do valor trabalho de Smith e Ricardo, e utilizá-la para fundamentar sua teoria da exploração da mais valia.
- Ao mesmo tempo, seus primeiros formuladores, presenciaram a derrota histórica dos socialistas que ergueram a Comuna de Paris, esmagada militarmente pela reação conservadora.
- Era necessário então, estabelecer novas bases teóricas pra defender o *lazzar-faire*, para tentar impedir que nova comuna se levantasse.

Princípios da economia política neoclássica:

- Essa corrente reúne várias escolas do pensamento econômico, a partir convergência de idéias *subjetivistas*, *utilitaristas* e *marginalistas*.
- Iniciam com o estudo da *atitude subjetiva* dos indivíduos que os levam a realizar as *trocas no mercado*, como compradores e vendedores. Pressupõem que os indivíduos sejam sempre racionais, e estejam dispostos a *maximizar seu objetivo*, de satisfação das necessidades pessoais, ou de lucro, no caso das empresas. A atitude de comprar ou de vender é determinada pelo valor da *utilidade marginal* que os produtos possuem para esses indivíduos.
- O valor dos bens e serviços, para cada indivíduo, é determinado subjetivamente e sempre proporcional à sua utilidade. Entretanto, a cada nova unidade consumida de um produto numa mesma unidade de tempo, a satisfação que ele proporciona tende a diminuir, ou seja, a utilidade marginal é decrescente. O indivíduo compra novas unidades, num determinado período de tempo, até que o preço de mercado

desse produto coincida com a utilidade que ele proporciona. É irracional comprar um produto que proporcione uma utilidade inferior ao preço pago por ele.

- Cada indivíduo terá assim uma curva de demanda inversamente proporcional ao preço do produto. A soma das curvas de demanda individuais determina a demanda de mercado.
- Como o objetivo de quem vende é maximizar seu lucro (ou seu rendimento no caso dos assalariados), quanto maior o preço pago pelo seu produto, maior a quantidade que eles estarão propensos a ofertá-lo, por isso as curvas de oferta são diretamente proporcionais ao preço.
- O equilíbrio de mercado seria obtido na intersecção entre as curvas de demanda e oferta.
- Quando a oferta aumenta, e a escassez do produto diminui, naturalmente é possível se consumir mais unidades desse produto, mas os consumidores racionais aumentaram sua demanda apenas se o preço diminuir, devido à utilidade marginal decrescente. O inverso é verdadeiro, se por algum motivo a demanda dos indivíduos por um produto aumenta e sua escassez cresce, os produtores só terão estímulo em produzir mais se o preço aumentar.
- Há outra razão, além do interesse pelo aumento do lucro, para o aumento dos preços quando se eleva a quantidade de unidades produzidas. A teoria marginalista defende há sempre pelo menos 1 insumo cuja quantidade não pode ser variada, quando se pretende variar a produção no curto prazo, esse insumo é chamado de insumo fixo. Os insumos cujas quantidades podem ser variadas no curto prazo, quando se varia a quantidade produzida, são chamados de insumos variáveis. Quanto mais se produz mais se necessita dos insumos variáveis, e a cada nova unidade de insumo consumida, sua utilidade, ou seja, sua produtividade diminui, é a lei da produtividade marginal decrescente. A consequência desta lei são os custos unitários crescentes, à medida que aumenta a quantidade produzida no curto prazo.
- No longo prazo, dependendo da tecnologia disponível e da escala de produção a produtividade pode ser crescente, constante ou decrescente e, conseqüentemente, os custos serão respectivamente decrescentes (economias de escala), constantes ou crescentes (deseconomias de escala).
- Essa corrente do pensamento elabora uma série de modelos matemáticos para demonstrar como os indivíduos podem maximizar seus objetivos (lucros, rendimentos, utilidades) se realizarem trocas e aplicarem seus recursos seguindo esses princípios.
- A partir daí concluem, se todos os agentes agirem livremente no mercado, racionalmente, tendem a otimizar a alocação dos recursos obtendo os melhores resultados, assim, também será otimizado o resultado da produção social.
- Em relação à distribuição da riqueza, a teoria marginalista defende que não há, explorados nem exploradores nas economias capitalistas de livre mercado. Vejamos sua teoria dos salários, lucros e juros.
- Os capitalistas vão contratar mais trabalhadores até que a produtividade marginal do trabalho, iguale o salário pago, e como os trabalhadores só vão ofertar uma quantidade maior de trabalho, em detrimento de uma quantidade menor de tempo destinado ao lazer, se a utilidade marginal do salário (ou dos bens e serviços comprados com o salário) for igual a desutilidade marginal do trabalho (já que o trabalho é um sacrifício). O salário será sempre um preço justo, desde que não haja nenhum tipo de intervenção na economia por parte do governo (fixando salários mínimos por exemplo), ou dos sindicatos de trabalhadores (por exemplos pressionando aumentos nos salários por meios de greve ou outro tipo qualquer de ação política), ou dos sindicatos ou cartéis de empresas, combinando de pagar menos salário, ao invés de concorrer livremente pelos melhores trabalhadores através dos salários pagos. Se o salário for fixado arbitrariamente pelo governo ou sindicatos de trabalhadores acima do salário de equilíbrio haverá desemprego (excesso de oferta de trabalhadores), inversamente se os sindicatos de empresas conseguirem fixar os salários abaixo do nível de equilíbrio, então haverá escassez de mão-de-obra porque os trabalhadores vão ofertar menos trabalho, e preferir ter mais lazer.
- Os lucros dos capitalistas serão definidos conforme a produtividade marginal do capital. Quando querem aumentar a produção e a massa de lucro os capitalistas poderão aumentar o emprego do capital físico (máquinas, ferramentas, matérias primas, etc), porém, como vimos, o emprego de cada nova unidade de capital (insumos) proporciona uma produtividade marginal menor, e conseqüentemente os

lucros marginais também serão menores. Em equilíbrio o lucro sempre se iguala à produtividade marginal do capital.

- Quanto aos *juros* (ou o lucro sobre o capital dinheiro, ou seja, o capital de empréstimo) desde que haja livre concorrência, eles serão sempre determinados pela lei da oferta (*poupança*) e demanda (por *investimento*) de dinheiro. Como os capitalistas racionais, não se arriscarão a fazer investimentos produtivos se não previrem que terão uma taxa de lucro maior que a taxa de juros obtida no mercado financeiro, então, as taxas de juros tenderão a ser iguais ou menores que as taxas de lucro. Mas se houver livre concorrência, a taxa de lucro que os banqueiros obterão para intermediar os recursos entre poupadores (emprestadores) e investidores (tomadores de empréstimos), será proporcional a taxa média de lucro da economia, em proporção ao capital que eles investem para prestar esse serviço de intermediação financeira.
- Portanto, os pensadores neoclássicos desenvolveram uma nova base teórica para a defesa do liberalismo econômico, e combate das práticas de protecionismo cambial, de intervencionismo econômico do Estado na economia, das práticas de cartel que afetam a concorrência e, finalmente, das práticas sindicais (assalariadas e patronais).
- Na verdade eles desenvolveram uma nova justificativa teórica e ideológica para o modo de produção (sistema econômico como eles chamam) capitalista.

A economia neoclássica hoje

- A teoria neoclássica sofreu um duro revés após a crise de 1929, pois essa crise foi tão violenta que ficou patente a inevitabilidade das graves crises que acometem de forma cíclica o sistema capitalista, fato esse já observado anteriormente por Marx.
- Os EUA conseguiram resolver ou amenizar os problemas provocados pela crise de 1929, através da intervenção estatal na economia, comandada pelo presidente Roosevelt, a qual foi denominada de *New Deal*. A crise e a experiência adotada pelo governo estadunidense, inspirou Keynes, como veremos à frente, a propor uma nova teoria, criando para isso um novo campo da economia, que foi denominado *macroeconomia* (os agregados macroeconômicos nacionais, soma de todos os mercados). Antes de Keynes a ênfase da teoria neoclássica era na *microeconomia* (teoria da demanda do consumidor, teoria da produção e da firma, e o equilíbrio em mercados parciais)
- A macroeconomia de Keynes defende abertamente a intervenção estadual da economia através de políticas fiscais e monetárias expansionistas, para resolver o problema do desemprego. O pensamento keynesiano, segundo a abordagem da “*Curva de Philips*”, avalia existir um *trade-off* (uma troca, uma oposição), entre *inflação* (aumento generalizado de preços) e *desemprego*.
- Porém essa teoria foi criticada pelos seguidores da corrente neoclássica. Primeiro, com as teses das expectativas adaptativas feitas pelos Monetaristas. Mais tarde, pela teoria das expectativas racionais desenvolvidas pelos Novos Clássicos. Os primeiros acreditam que uma política econômica expansionista baseada na versão keynesiana da “curva de Phillips” só funcionaria no curto prazo, até que os agentes econômicos adaptassem (reduzindo) suas curvas de oferta quando percebessem que a inflação diminuiu sua renda real. Os últimos acreditam que os agentes econômicos têm conhecimentos, informações e racionalidade suficiente, para não serem induzidos pela política governamental, portanto nem no curto prazo ela funcionaria. Tais tentativas expansionistas fatalmente provocariam inflação, sem aumentar, e podendo até reduzir, o nível de atividade econômica.
- A *crise fiscal* (endividamento exagerado) dos Estados nacionais que originou uma *crise de estagflação* (estagnação econômica com inflação) nos anos 70 e 80, bem como às *crises do socialismo real* nos países do leste europeu no final da década de 80, deram fortes argumentos para os teóricos Novos Clássicos, dando origem às práticas governamentais, que ficaram conhecidas como neoliberalismo.
- O receituário neoliberal consiste basicamente nas seguintes medidas: a) combate à inflação com redução dos gastos públicos (equilíbrio fiscal), e redução da oferta de moeda; b) privatização de empresas estatais; c) desregulamentação da economia; d) desregulamentação do mercado de trabalho; e) abertura comercial às importações e exportações; f) livre fluxo internacional de capitais produtivos e especulativos; g) garantia do direito à propriedade intelectual – lei de patentes.

- Entretanto o neoliberalismo, se conseguiu resolver os problemas das taxas elevadas de inflação, não trouxe bons resultados quanto ao crescimento econômico e nível de emprego.

Objetivos ideológicos:

- São os mesmos da teoria clássica, porém, foi necessário desenvolver uma nova teoria, com novos argumentos a favor da economia capitalista de livre mercado, pois a teoria marxista, destruiu os argumentos da economia política clássica a favor do capitalismo.
- Da mesma forma, mas tarde foi preciso desenvolver ainda mais o pensamento neoclássico (agora Novo Clássico), para combater as idéias intervencionistas do neoclássico “bastardo” Keynes.

IX – JOHN MAYNARD KEYNES

Principal Obra:

(1936), *Teoria Geral, do Emprego, do Juro e da Moeda*

O cenário histórico da escola neoclássica:

- Keynes teve uma sólida formação neoclássica, mas sua convicção nesta teoria, foi fortemente abalada pelos acontecimentos do primeiro terço do século XX.
- Em destaque as pesadas crises econômicas que antecederam as duas grandes guerras, em especial a de 1929.
- Foi influenciado também por dois movimentos políticos muito importantes, a Revolução Russa e o desenvolvimento da economia planificada de um lado, e de outro a reação feita por Roosevelt no início dos anos 30 nos EUA, contra a crise econômica estourada em 1929, implementando o *New Deal*. Esses dois fatos políticos mostraram a Keynes a poderosa força do Estado, como promotor do equilíbrio econômico e do desenvolvimento, mesmo numa economia capitalista.

Princípios da economia política Keynesiana:

- Keynes é um seguidor da economia política clássica (no sentido dado por ele próprio, que incluem os clássicos e os neoclássicos).
- Entretanto, Keynes rejeita um dos postulados básicos dos “clássicos” (leia neoclássicos), aquele que afirma que os salários são flexíveis. Keynes percebeu que há uma tendência de rigidez à baixa dos salários nominais, quer devido à legislação trabalhista, quer devido a acordos que as diversas categorias profissionais firmam com os sindicatos patronais em acordos trabalhistas. Não obstante, os trabalhadores buscam fixar os salários nominais preocupados em manter seus salários relativos, mas não têm forças para controlar seus salários reais que dependem dos preços das mercadorias, ou seja, da taxa de inflação.
- Ainda com base na crítica a este postulado, Keynes também rejeita a tese de que a economia capitalista sempre se equilibra ao nível de pleno emprego. Segundo a tese neoclássica, só existiria na economia desemprego voluntário (quando os trabalhadores não ofertam sua força de trabalho, por não aceitarem a taxa de salário em vigor) ou desemprego friccional (devido ao tempo mínimo necessário que um trabalhador leva para encontrar uma empresa para trabalhar ou de uma empresa para selecionar e contratar um trabalhador).
- Crises econômicas foram ignoradas pela teoria clássica e neoclássica, no máximo diziam que suas causas seriam de ordem extra-econômicas, como as provocadas por uma crise na produção agrícola em função de problemas climáticos, ou crises provocadas por guerras ou conflitos políticos.
- Mas Keynes observou crises agudas como a de 1929, e viu que isso tinha que ter uma origem endógena (interna) na economia. Keynes percebeu que havia algumas contradições entre a racionalidade micro econômica e a macroeconomia.
- Segundo Keynes a propensão marginal a consumir é decrescente em função da renda, isso porque vamos ficando satisfeitos à medida que nosso padrão de consumo se eleva (de acordo com a lei da utilidade marginal decrescente). Assim, quando o produto e a renda nacional crescem, o consumo cresce, porém em proporção inferior ao crescimento da renda. Como corolário, a poupança nacional cresce então mais que proporcionalmente ao crescimento da renda. Para que a economia capitalista fique em equilíbrio, é preciso que toda a poupança seja transformada em investimento. Com o investimento o produto e a renda crescem, o consumo cresce porém menos que proporcionalmente, enquanto a poupança cresce mais que proporcionalmente à renda, e assim por diante. A condição de equilíbrio é que a poupança e o investimento sejam iguais, $S = I$.

- Porém, quando mais cresce a renda, maior é o hiato entre renda e consumo, e para conseguir vender suas mercadorias os capitalistas são obrigados a reduzir os preços das mercadorias, mas isso faz diminuir a eficiência marginal do capital - E.M.C. (a taxa de retorno dos seus investimentos).
- Para que haja estímulo ao investimento, é preciso que a E.M.C deve ser maior que a taxa de juros do mercado. Como a poupança tende a crescer mais que proporcionalmente ao crescimento da renda, a oferta de dinheiro para empréstimo cresce mais que a demanda de dinheiro para realização de investimentos, e com isso a taxa de juros tende a cair, compensando a tendência de queda da E.M.C. Entretanto, a economia chega num ponto que a E.M.C. fica baixa demais desestimulando o investimento, não importa quão baixa esteja a taxa de juros.
- A queda dos investimentos cria a ruptura da igualdade $S = I$, faz com que o produto (Y) seja maior que a demanda agregada ($C + I$), ou seja, $Y > C + I$, e tem-se início a uma crise econômica, ou pelo menos, a definição de um equilíbrio com desemprego.
- Vamos verificar mais uma contradição entre a racionalidade microeconômica e a macroeconomia. Interessa a qualquer empresário em particular (ou mesmo a um ramo todo), pagar o mínimo de salário possível e exigir o máximo de produtividade possível de seus trabalhadores, isso com certeza maximizaria seus lucros, *coeteris paribus*. Porém, se todas as empresas procedem dessa maneira (e realmente procedem), criam um problema de deficiência de demanda efetiva, ou seja, as pessoas querem, necessitam consumir mais, mas não têm dinheiro suficiente. As empresas não podem aumentar seus investimento e a produção, porque não terão para quem vender.
- Por causas desses problemas relacionados à demanda efetiva que pode provocar um equilíbrio econômico abaixo do pleno emprego, e até crises cíclicas, que Keynes vai ser o criador da política econômica, ou macroeconômica. São uma série de orientações de como os governos podem proceder para estimular a demanda agregada, principalmente através da política fiscal e da política monetária.
- A política fiscal é composta pela política tributária e pela política de gastos do governo. Se o governo tiver como objetivo combater o desemprego, ele precisa tomar medidas que aumentam a demanda agregada, e para isso pode aumentar os gastos públicos, seja em investimentos de infra-estrutura, armamentos, ou em serviços sociais, ou pode transferir renda tributando os rendimentos das pessoas mais ricas, e transferindo para as pessoas mais pobres. Como vimos pessoas com menos renda, consomem proporcionalmente mais que as pessoas mais ricas. De uma forma ou de outra, o Estado estaria ajudando a resolver os problemas de deficiência da demanda efetiva. Se as crises e o desemprego não forem eliminados, pelo menos seriam amenizados Se o governo quiser combater a inflação ele precisa reduzir a demanda agregada, e para isso deve aumentar os impostos e reduzir seus gastos.
- A política monetária é definida principalmente pelo controle da oferta monetária. Para isso o governo tem basicamente 3 instrumentos: a) a quantidade de papel moeda e moeda metálica que o Banco Central coloca a disposição das pessoas para que elas realizassem seus gastos e investimentos; b) a taxa de depósito compulsório, que é o percentual sobre os depósitos a vista (conta corrente) que o setor privado faz nos bancos, e que estes são obrigados a recolher depositando no Banco Central; c) a taxa de redesconto, que a taxa que o banco central cobra dos bancos caso eles precisem dos recursos do depósito compulsório para cobrir seus déficits (quando as retiradas são maiores que os depósitos efetuados, e não são capazes de serem suportadas pelas reservas voluntárias que os bancos mantêm). Esses dois últimos afetam diretamente a capacidade que os bancos têm de multiplicar a quantidade de meios de pagamentos, a partir da base monetária (moeda em poder das pessoas e depósitos a vista), quanto maior a taxa do depósito compulsório e quanto maior a taxa de redesconto, menos os bancos podem usar dos depósitos em conta corrente, para realizar empréstimos a terceiros, e isso diminui sua capacidade de “criar” moeda.
- Quando o governo quer diminuir o desemprego pode usar os mecanismos que tem a disposição para aumentar a oferta de moeda, e assim reduzir os juros estimulando o consumo e o investimento privados. Se quiser combater a inflação o governo realiza uma política inversa, reduzindo a oferta monetária, o que eleva a taxa de juros e reduz consumo e investimento.

- Vimos que os dois principais problemas enfrentados pelo governo no curto prazo é o combate do desemprego que ocorre quando a demanda efetiva está abaixo do *produto potencial* (a capacidade produtiva instalada na economia), ou então da inflação que ocorre quando a demanda efetiva está acima do produto potencial (além da capacidade produtiva normal da economia, obrigado as empresas a exigir horas extras dos trabalhadores, etc.). Ou seja, há um *trade-off* entre inflação e desemprego.
- Keynes falhou em não se preocupar com as questões de longo prazo, e com os efeitos das mudanças tecnológicas.

Objetivos ideológicos:

- São os mesmos das teorias clássicas e neoclássicas, porém, como vimos, Keynes percebeu contradições entre a racionalidade microeconômica e a macroeconomia, que podem causar crises e desemprego. Como defensor do capitalismo, entendeu que diante das falhas de mercado, era necessário algum grau, maior ou menor, de intervenção do Estado na economia, para corrigir ou amenizar esses problemas. Se assim não for, a probabilidade de revolta dos trabalhadores contra o capitalismo e, conseqüentemente, a adesão deles as teses socialistas aumentaria mais facilmente.